



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conama

Conselho Nacional
do Meio Ambiente



**14ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA
DE GESTÃO TERRITORIAL E BIOMAS**

Centro de Treinamento do Ibama - Centre, Setor de Autarquias Sul – SAS, qd. 5, lt. 5, bl. “H”, sala 606.
Brasília, 03 de maio de 2006.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – Boa tarde
2 a todos. Estamos iniciando 14ª Reunião da Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas. Previamente os
3 Conselheiros receberam a pauta desta reunião e considerando que o primeiro tema, as pessoas que deveriam
4 falar sobre ele ainda não chegaram. Considerando que o Dr. Paulo Kageyama da Secretaria de Biodiversidade e
5 Florestas, que seria o terceiro tema de hoje, o quarto tema da nossa Câmara, já que de manhã fizemos aquela
6 reunião conjunta, eu proponho aos Conselheiros que nós façamos a inversão de pauta e o Dr. Paulo Kageyama
7 possa se pronunciar e a gente fazer o debate sobre a proposta do Seminário sobre a restauração de APPs. E
8 antes do Dr. Paulo falar eu queria passar a palavra aos Conselheiros membros da Câmara, aos Conselheiros
9 visitantes e os ouvintes no sentido de se querem fazer alguma saudação ou alguma falação inicial e logo em
10 seguida a gente passa para o Dr. Paulo Kageyama. Dr. Paulo, o Senhor está com a palavra.

11
12
13 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Boa tarde a todos e a todas. É uma
14 satisfação muito grande estar aqui nessa reunião da Câmara da Técnica do CONAMA a convite do CONAMA
15 para apresentar a proposta do Seminário de restauração de APPs, das áreas de preservação permanente. Bom,
16 a gente até propôs esse termo restauração já que tecnicamente falando, digamos assim, a terminologia correta
17 de recuperação, a recuperação é um termo geral, genérico para, vamos dizer, alguma ação de tentativa de
18 melhorar as condições de uma área degradada. E quando essa tentativa é para tentar refazer de novo o
19 ecossistema original se chama restauração. É somente por isso esse termo “restauração”. E quando se vai,
20 vamos dizer, recuperar principalmente a produtividade da área isso chama-se reabilitação. Então recuperação é
21 termo geral, recuperar a produtividade é reabilitação e refazer um ecossistema de novo, uma tentativa de refazer
22 o que existia antes é restauração. No caso de APP é tipicamente restauração, que a gente vai fazer voltar o
23 ecossistema original, com as espécies nativas do local, enfim, tentando recompor a biodiversidade local. Então.
24 Vamos dizer, nós ajudamos a construir a proposta junto com a nossa Secretaria de Biodiversidade e Florestas,
25 eu sou Diretor de Conservação Biodiversidade e sempre trabalhei com isso na universidade antes de vir para o
26 Governo, enfim, é um tema da minha especialidade, digamos, e eles me chamaram para fazer a proposta junto
27 com eles, juntos com os técnicos do CONAMA e técnicos também de outras Secretarias: de Qualidade
28 Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, a Diretoria de Ecossistema do IBAMA, a DIREC,
29 Agência Nacional de Águas e a Secretaria Executiva do CONAMA. É um conjunto de Secretarias e diretorias
30 envolvidas no tema. Então o tema, como falado, “restauração de APPs alteradas ou degradadas”, eu acho que aí
31 os dois termos mais ou menos se equivalem. A gente usa, tecnicamente falando, perturbada e degradada.
32 Perturbada quando volta, vamos dizer, se a gente só proteger ela volta sozinha. Estou dando uma aula, mas eu
33 acho que é interessante para todo mundo se interar, e degradada quando precisa da ação do homem. Então eu
34 acho que o correto seria “restauração de APPs degradadas”, se quiséssemos usar uma delas. Então, na
35 verdade, seria 12, 13 e 14 de julho e depois nós vamos detalhar um pouco mais do programa. Tem previsão de
36 mais ou menos 300 pessoas já que vai envolver os Conselheiros de CONAMA logicamente, 300 pessoas. O
37 local é em Brasília, mas não está definido o local, está em aberto ainda. Então o público alvo seriam os
38 Conselheiros do CONAMA logicamente, membros do MMA, do IBAMA, da ANA, do INCRA, Sociedade Brasileira
39 de Silvicultura – SBS, as OEMAS dos Estados, os Municípios, Comitês de Bacias, ONG’s, Ministério Público
40 Federal e Estadual.

41
42
43 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Poderia adicionar os empresários.

44
45
46 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Sim. Empresários, agricultores. Eu
47 acho que está aberto para várias sugestões.

48
49
50 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** - Dr. Paulo,
51 eu queria perguntar ao Senhor se o Senhor prefere que a gente vá discutindo os pontos ou prefere terminar e aí
52 discutirmos.

53
54
55 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Eu acho que poderíamos ir
56 discutindo porque vocês receberam a programação anteriormente. Então eu acho que poderíamos...

57
58
59 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** - Eu poderia
60 me inscrever. Nas diversas viagens que eu faço pelo Ministério e toda vez que a gente fala de APP, por exemplo,
61 eu tive há três semanas atrás em Petrolina, uma reunião promovida pelo Ministério Público Estadual da Bahia e
62 quando eu fiz a divulgação que ia ter esse Seminário e que o CONAMA estava discutindo ainda e ia ser na
63 primeira quinzena de julho e eu não sabia exatamente as datas e também numa reunião em Belo Horizonte

64 depois e em outro tema de licenciamento simplificado, enfim, todos os fóruns que a gente vai e em função da
65 publicação da Resolução de APP, que o CONAMA terminou de votar, aprovou, a gente sente que no País e eu
66 queria até sentir dos outros colegas se também ocorre com eles, existe uma grande expectativa com relação a
67 esse tema de APP. Eu desconfio e aí eu acho que é um desconfiar positivo, mas por outro lado implica que o
68 Governo esteja preparado para isso, de que se previamente a gente fizer uma divulgação, eu quero crer e eu
69 gostaria de passar essa dúvida para o Senhor, de que 300 pessoas é uma perspectiva muito pequena de
70 participação. Se o *folder* sair antes e se mandar aí no *e-mail List* vou lhe dizer, virá muito mais e eu não sei qual
71 o critério que os Senhores vão usar para definir essas 300 pessoas. Veja bem, só pegando o público alvo: 1, 2,
72 3. Conselheiros do CONAMA; cento e tantos. Municípios; 5561, vamos dizer, que venha 10%, claro que é muita
73 coisa e vier 10% são quinhentos, se vier 1% já são 56 com mais os centos e tantos do CONAMA já são 150, mas
74 tudo bem, eu acho que se há infra-estrutura disponível na cidade ou o MMA está pensando em 300 efetivamente
75 só dá para entrar 300 senão tumultua o que vai ser. Entoa é a primeira coisa que eu gostaria de deixar é se essa
76 discussão vocês fizeram muito bem e acha que esse número atende aos diversos agentes sociais do País que
77 estão interessados no tema. A segunda coisa, eu lhe digo porque eu já ajudei a criar alguns seminários desses
78 dessa densidade nacional e tal, se o Senhor já não escolher logo o local e fazer a reserva e for adiando cada vez
79 mais o Senhor não vai encontrar espaço em Brasília para garantir essas 300 pessoas razoavelmente confortável
80 com infra-estrutura, cafezinho, estacionamento, aquela coisa toda que tem, as salas para as discussões de mesa
81 temática. Então eu queria deixar nessa primeira página aqui, isso para o Senhor, achando que por um lado é um
82 ponto positivo e vai mobilizar muita gente, de outro lado se a gente não tiver muito bem preparado e consciente,
83 por isso que eu quero lhe passar isso, nós corremos o risco de ter, entre aspas, um seminário tumultuado.
84
85

86 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Eu também fico preocupado como vai ser a escolha dessas 300
87 pessoas porque que é muito simples trazer agricultores para fazer bagunça de um lado, como também trazer 300
88 ONG's para fazer uma manifestação de outro lado. Então o modo como vai ser feita à distribuição dos convites
89 isso é muito importante. Eu coloquei dois exemplos bem distintos, bem opostos porque se um tiver um maior
90 número do que o outro sabe-se que o seminário vai virar bagunça dependendo de quem tiver falando no
91 momento na sua hora. Eu fico preocupado é nessa distribuição dos convites. O exemplo é a própria Conferência,
92 que eu participei da Conferência, o setor empresarial participou, se não me engano, nós vamos menos de 100 e
93 100 de 1500 teve um momento em um grupo daqueles formado que o nosso pessoal teve que ser escoltado
94 pelos seguranças pra saírem da sala. Está entendendo a minha preocupação? A minha preocupação é essa de
95 irem grupos distintos com pensamentos opostos.
96
97

98 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Bom, a gente discutiu um pouco isso
99 e fez uma estimativa, digamos, mais ou menos direcionar os convites. É lógico que para ter 300, que se abra
100 de fato pela Internet, por exemplo, vamos dizer que pela importância do tema haveria realmente uma avalanche
101 de fato. Por outro lado, pelos temas que foram colocados, dá para perceber que está se colocando muito mais
102 pró-ativamente o tema. Quer dizer, o que é de experiência boa que tem? Como é que isso pode, vamos dizer,
103 ser passado e discutido com a sociedade interessada? E como nós poderíamos construir políticas públicas para
104 favorecer isso. O último tema. Então é um tema, vamos dizer, que propositadamente para não gerar polemias,
105 mas sim sinergia na tentativa de construir políticas públicas. Já que nós temos, eu sou testemunha disso,
106 trabalhei 20 anos com isso na universidade, e existem técnicas já bem construídas, digamos, para isso de
107 restauração, livros publicados, eu mesmo tenho um livro publicado recentemente, têm vários livros publicados e
108 eu acho que existe muita experiência de fato exitosa que a gente pode se basear para, vamos dizer, para gente
109 construir essas políticas públicas. Já que o grande problema é esse mesmo: Existe tecnologia, existe informação
110 científica adequada, no entanto, não se faz restauração de APP no Brasil, a não ser quem tem passivo ambiental
111 tipo, as hidroelétricas, enfim, é o mínimo de fato que faz APP. Isso é uma realidade porque as pessoas não se
112 consideram, digamos, não consideraram que esse passivo é somente dele, enfim, é esse o problema de fato que
113 existe. Então o que estamos tentando é, vamos dizer, mostrar que há possibilidade de fazer, tem técnica, tem
114 enfim tudo construído e temos que arrumar uma forma, já que em alguns biomas, por exemplo, o bioma Mata
115 Atlântica tem 7% somente da cobertura e praticamente não tem nenhuma APP, é o mínimo de APP que existe,
116 enfim, com vegetação natural. Enfim, então essa é a realidade mesmo e os biomas cerrado e caatinga também é
117 a mesma situação e Amazônia ainda não, mas quase cerca de 20% vai no mesmo caminho. Então é essa a
118 realidade e é uma agenda positiva, vamos dizer assim, pelo menos essa é a proposta.
119
120

121 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (CNI)** - Eu queria fazer só algumas ponderações. Eu entendi perfeitamente a
122 sua colocação. Eu acho que a questão de muita gente, têm que ser pessoas qualificadas porque o assunto é a
123 construção de uma agenda positiva. Então não são discussões para criar polêmicas e etc., eu acho que é um
124 caminho positivo de como você restaurar as APPs e eu acho que isso é muito importante e necessário. Aqui na
125 questão do público alvo eu queria sugerir que trouxesse também, dentro da transversalidade, o Ministério de
126 Minas e Energia que tem uma conotação muito grande na questão das APPs, a questão do MAPA da Agricultura

127 que tem também uma conotação bastante importante nas questões das APPs e a questão empresarial já foi
128 colocada. Eu acho que tanto a CNA e CNI, os outros setores estarão incluídos dentro desse número aí. Eu
129 acredito que 300 pessoas para discutir isso é um número muito bom e a questão, João Carlos, que não adianta
130 você trazer um ônibus, dez ônibus de agricultores e jogar em uma sala para discutir APP.

131
132
133 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Foi por isso que eu coloquei esse dois grupos distintos. Eu puxei a
134 sardinha para o meu lado, mas também coloquei o outro lado de algumas ONGs que foi o que aconteceu com a
135 gente lá na Conferência. Por isso que eu falei que o negócio tem que ser de pessoas ordeiras, de pessoas que
136 estão lá para trabalhar positivamente pra não virar um palanque de briga.

137
138
139 **O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (APEDEMA-RJ)** - Eu não sei se eu estaria me adiantando, mas ao invés de
140 estar restringindo o debate a 300 pessoas, era de colocar o produto desse seminário à disposição de todos para
141 que eles sofram alguns ajustes em função de que o Brasil é muito grande e 300 pessoas não vão juntar todos
142 que têm expertise nesse assunto. Então que ficasse aberto o produto, afim de que a gente pudesse estar
143 identificando possíveis omissões, falhas, excessos e por aí.

144
145
146 **A SRa. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME/SPG)** - Meu nome é Cristina, eu sou
147 Suplente no CONAMA no Ministério de Minas e Energia e na direção que o Miguel falou seria, então, razoável
148 que nós preparássemos um termo de referência para esse evento e que circulasse com algum ponto focal
149 algumas pessoas e que a gente pudesse então nessa modelagem desse evento já identificar os órgãos, o
150 objetivo do evento, o local e o resultado que se espera.

151
152
153 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** - A
154 Dominique pediu a palavra e enquanto ela vem ao microfone. Doutor Paulo, uma das discussões que a gente
155 fez, inclusive, foi uma sugestão de decisão ao seminário, era no sentido de que a gente tivesse, Miguel, você não
156 estava nessa reunião e eu queria lembrar a Cristina também, a gente usou uma expressão, assim: "o documento
157 de partida". Então era muito importante que a SBF e o MMA produzisse um documento de partida aonde os
158 vários problemas, os conceitos, a legislação, enfim, que a gente pudesse a partir dele, desdobrar, até para atingir
159 um pouco isso que ela sugere de você ter muito claro os objetivos, senão você ocorre o risco de fazer um grande
160 evento, de gastar recursos e não sai o produto que a gente queira. Salvo entendimento diferente, eu tinha
161 entendido que um dos produtos que vai sair no seminário é aquela campanha nacional de "cuidemos das nossas
162 APPs", alguma coisa assim. Então era importante ter isso claro e ter isso da questão do documento de partida.
163 Antes de passar para a Dominique sem querer ficar polemizando com isso, apenas fazendo uma reflexão em
164 tom alto, eu peguei aqui e listei só para vocês terem uma idéia da complexidade que é esse seminário.
165 CONAMA, se eu colocar CONAMA: 110 pessoas. ABEMA: 30, considerando que temos 27 Estados.
166 ANAMMA:10% dos Municípios seriam 56 pessoas. ONGs: 30. Governo Federal: 30 incluindo todo mundo. O
167 Ministério Público Federal e Estadual: 30 pessoas. Empresários: 50. Universidade e pesquisa: 50. Isso aí já dá
168 400 pessoas. Para você ver qual é a dificuldade realmente desse número. Agora, evidentemente que nós não
169 vamos chegar aqui e dizer que vai ser 300, 400 ou 500, é claro que a pessoa, o órgão, a instituição que está
170 organizando. Eu quero apenas levantar que nesse levantamento agora que eu acabei de descrever rapidamente
171 só aqui já têm 400 pessoas e se tiver divulgação e também a coordenação acatar a sugestão feita pelo meu
172 colega de ser o seminário aberto ao público é aquele evento que vai ser igual à Conferência Nacional de Meio
173 Ambiente. Dominique com a palavra.

174
175
176 **A SRa. DOMINIQUE LOUETTE (CONAMA)** - Era para responder a Cristina. Eu queria que ela soubesse que
177 esse tema, o programa do seminário já houve uma discussão na reunião anterior da Câmara Técnica e que foi
178 aberto para os Conselheiros e eu até mandei um *e-mail* apontando em cima desse programa, sugestões. Na
179 verdade, não recebi absolutamente nada e o Ministério do Meio ambiente então retomou o que tinha saído da
180 reunião anterior e voltou a trabalhar em cima desse programa e então agora não é o caso da gente voltar a abrir
181 para sugestões. Eu entendo que a gente está finalizando o programa e tentando ver que pessoas vão vir porque
182 se a gente fizer o seminário em julho é amanhã e a gente tem que contatar as pessoas e a gente não pode mais
183 ficar discutindo sobre o que vai ser o seminário. E o que tentou fazer nessa segunda versão é um seminário
184 muito mais técnico, a primeira versão era mais ampla e tentou fazer uma coisa mais técnica justamente para
185 assegurar um produto válido no final do seminário.

186
187
188 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Eu acho que foram pontos bastante
189 relevantes levantados e acho que deve se acatar mesmo. O texto base, pensou-se em ter, vamos dizer, um

190 conjunto de textos curtos e bem objetivos e bem densos, duas laudas por tema, aliás já experimentei fazer o meu
191 só para ver se realmente duas páginas dariam para conter, sobre cinco temas, vamos dizer, que envolve o
192 seminário. Primeiro o aspecto legislativo em que a Maria José, você é que estava citando a Maria José, é a
193 mesma Maria José? É. É uma pessoa altamente capacitada e entende do assunto, o aspecto científico me
194 colocaram essa tarefa, ações implementadas ou trabalhos já efetuados, experiências exitosas, o Ricardo
195 Rodrigues da **ESALQ** e ele vem trabalhando com propriedades rurais, usinas tentando, vamos dizer, recompor
196 ou restaurar as APPs das usinas principalmente. É uma experiência bastante interessante não só envolvendo
197 plantações, mas também recuperação natural, geração natural, enfim, um trabalho bastante interessante. O
198 quarto tema é visão das entidades ambientalistas, os trabalhos de ONG's que vêm sendo feito, o ISA, por
199 exemplo, está fazendo um trabalho muito interessante na região do Xingu, da cabeceira do Xingu junto com a
200 EMBRAPA e é um trabalho muito interessante. E medidas de incentivos, o Jéferson Teixeira é o Diretor da
201 Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e que trabalha com essa questão e vem trabalhando com essa
202 questão de pagamento de serviços ambientais, a questão do crédito de carbono, enfim, algumas aberturas de
203 fato para incentivar a restauração. Então serão cinco temas para ter um texto, digamos, base com especialistas
204 que fariam sobre cada um deles. Não sei se alguém tem alguma sugestão nesse aspecto.

205
206
207 **A SRa. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO)** - Boa tarde. Eu sou Sônia do IBAMA,
208 Diretoria de Proteção Ambiental. Eu estou sentindo falta aqui, não sei se caberia, mas também que a gente,
209 nesse texto base, incluísse a parte de fiscalização e monitoramento, tendo em vista que as áreas sendo criadas
210 e havendo a degradação é importante também que seja analisado esse aspecto do monitoramento e da
211 fiscalização. Fica uma sugestão de vocês, possivelmente, colocarem um pouco desse assunto.

212
213
214 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Agradecemos a sugestão. Olha só,
215 o que a gente pensou, vamos dizer, é que seriam ações pró-ativas de fazer, no programa anterior estava de fato
216 isso colocado. Então a gente resolveu falar: olha, temos que fazer, é uma obrigação, é uma coisa boa e como
217 fazer? E que condições nós temos para fazer? Por isso que não foi colocada a questão da fiscalização que eu
218 acho que é uma coisa importante, mas é pré.

219
220
221 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (CNI)** - É o *Now RoI* para recuperação. Também concordo que fiscalização
222 nesse momento aqui acaba destoando.

223
224
225 **O SR. PAULO TEXEIRA DE CASTRO (IBAMA/DIPRO)** - Só para lembrar o seguinte. Toda ação, se o
226 planejamento da execução dela não tiver o monitoramento, o cronograma físico financeiro de acompanhamento
227 daquilo, a gente dá sempre com os "burros na água" e a prática tem demonstrado isso. Então o monitoramento
228 de criação é segundo uma ótica preventiva, ou seja, planejou o quê? E como fazer? Porque os **PRADs**, que são
229 os Planos de Recuperação de Áreas Degradadas, se não houver o monitoramento do acompanhamento da ação
230 de recuperação, até volta à normalidade daquela área degradada não tem como. Então tem que fiscalizar e
231 monitorar isso aí. Tem que ser preventivamente, por isso que a idéia é a inserção desse tema na palestra, afim
232 de que a pessoa possa usá-lo como ferramenta de planejamento e acompanhamento das ações planejadas.

233
234
235 **A SRa. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO)** - Ultimamente a (?) tem tentado levar
236 a todos que a fiscalização já não é mais esse final de ponto, muito pelo contrário, ela é preventiva, corretiva e
237 educativa, hoje os nossos fiscais estão sendo educados para que cada dia mais a atividade de fiscalização seja
238 pró-ativa mesmo para que a gente evite realmente a punição. Então fazendo o monitoramento e verificando a
239 degradação de áreas automaticamente vai ter que haver a ação fiscalizatória e não necessariamente punitiva,
240 mas talvez até com projetos, com programas preventivos para se evitar a degradação das áreas.

241
242
243 **O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (APEDEMA-RJ)** - Como o tema recebeu bastante contribuições do setor da
244 sociedade civil em todo o processo de discussão da APP eu achava interessante incluir um desses atores em
245 uma exposição a respeito do que a gente critica na proposta e o que se tem feito de positivo se é que é positivo
246 visto que na minha análise aqui curta e grossa, eu diria que está "chapa branca" demais essa visão de APP.
247 Então era interessante colocar um ingrediente desse. A gente queria sugerir uma outra ONG que, inclusive,
248 participou do processo de elaboração da Resolução que tem nome.

249
250
251 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** - Dr. Paulo,
252 se o Senhor me permite, eu achava importante ter, concordando com a Senhora e em uma das reuniões que eu

253 fui eu mandei essa sugestão e eu não sei se chegou, Dominique, eu falei na reunião anterior do Ministério
254 Público de Minas Gerais, inclusive lá com o Maurício (?), eu fui até numa reunião com o Maurício lá em Minas
255 Gerais, lá na frente nas ações implementadas onde o Ministério Público tem entre outras funções aí de
256 fiscalização e ele vai muito na linha que a Senhora colocou. Eu tive com o Maurício do Programa de
257 Revitalização do São Francisco e mandei até a sugestão da apresentação do Dr. Alex que é o Procurador Chefe
258 do Estado de Minas Gerais e o trabalho dele é muito interessante no sentido de que eles têm obrigação legal de
259 fazerem a fiscalização e aplicação da Lei e ele que, inclusive, promoveu a reunião em Minas Gerais, em
260 Divinópolis onde eu fui e vai um pouco nessa linha da proposta de ter uma pró-atividade e não apenas ficar
261 naquela coisa de fiscalizar e punir e ele, inclusive, articulou com as empresas, com a GERDAU a cerca, ele
262 conseguiu as mudas. Então, como a Fiscalização que articula a questão dos TACs e PRATs, salvo o melhor
263 entendimento do Senhor e da equipe de coordenação, eu achava que no texto base deveria ter esse tema do
264 monitoramento e fiscalização, colocando o título o IBAMA, e aí eu concordo um pouco com o Miguel, e a ABEMA
265 para gente ter uma visão um pouco de como os Estados estão trabalhando com essa coisa do monitoramento e
266 fiscalização. A gente poderia ver a Alexandrina é dessa Câmara e ela almoçou, inclusive, perto da gente e acho
267 que ela estar por aí, ver qual seria a pessoa que junto com o (?) e o IBAMA pudesse ter essa linha de duas
268 laudas para com as referências bibliográficas. Agora, no encaminhamento que o Miguel está dando, eu
269 particularmente acho interessante você ter no texto base, quer dizer, uma visão talvez da sociedade civil de qual
270 deva ser ou como deva ser a questão da restauração, embora ali já tenha a visão das entidades ambientalistas,
271 tem o André Lima do ISA e poderia, Miguel, ali no texto a ser dividido com o ISA acrescentar mais uma ONG e
272 essas duas ONG's ficariam responsáveis. Qual é o nome? APROMAC. Eu acho que isso é tranquilo. É
273 APROMAC. Isso se o Senhor acatar essa idéia do monitoramento e fiscalização.

274
275
276 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Mas isso aqui ainda não está fechado?

277
278
279 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** - Hoje vai
280 ter que sair fechado.

281
282
283 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Bom, então falando já sobre a
284 proposta do formato do seminário. Ela começaria no dia doze à noite, a abertura seria no dia doze à noite já que
285 as pessoas chegariam à tarde e a noite teria uma abertura, digamos, bastante representativa com a Ministra,
286 estamos querendo valorizar bastante o Seminário, o Secretário Langone e o Secretário Capobianco que seria o
287 Secretário responsável pela área. Isso seria na quarta-feira a noite no dia doze de julho, já acabou a Copa e já
288 estaremos festejando, espero. Aí a parte técnica mesmo começaria no dia 13, quinta-feira, seria quinta e sexta.
289 Bom, a reunião do CONAMA termina quarta-feira, então seria aproveitando o final do CONAMA e a noite já teria
290 a abertura e começaria e emendaria. Nós tivemos que propor a alteração de um dia da data da reunião do
291 CONAMA. Então na quinta-feira de manhã das 9h30 às 11h aspectos históricos e jurídicos. A história do conceito
292 de APPs, legislação mundial sobre o tema e estamos convidando uma pessoa ilustre o Paulo Afonso Leme
293 Machado que todos conhecessem e sabem da sua competência e, enfim, da sua representatividade. Depois
294 seria a parte de legislação envolvendo, então, vamos dizer, tanto as ONG's no caso o André Lima como a
295 COJUR do Ministério do Meio ambiente, a consultoria jurídica para falar sobre os aspectos, enfim, legais de
296 legislação sobre o tema para quem deseja recuperar a sua APP, os dispositivos para recuperação, programas
297 que tenham o efeito, enfim, seriam dois juristas, digamos, dois advogados: Gustavo Trindade e o André Lima
298 sempre tentando balancear um pouco para não ficar "chapa branca" e eu acho muito importante o que foi
299 colocado. Isso seria, vamos dizer, mais ou menos uma introdução, digamos, uma introdução no aspecto jurídico
300 e aí vem alternativas técnica para restauração, mais ou menos um histórico do que ocorreu e vem ocorrendo em
301 termos de experiências e que conceitos a parte conceitual, a parte técnica e científica: dados a pesquisa, plantio
302 e regeneração, como implementar, prós e contra de diferentes técnicas, enfim, eu que faria juntamente com o
303 José Felipe Ribeiro que vem trabalhando com APP em cerrado e eu trabalhei mais na Mata Atlântica e o
304 Roberval que trabalha na Amazônia.

305
306
307 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Essas duas pessoas da EMBRAPA foram indicação do Ministério da
308 Agricultura? Porque eu me lembro que na última reunião da Câmara Técnica o representante do Ministério de
309 Agricultura disse que somente o MAPA iria indicar o representante. Pelo que eu entendi na seria aceita outra
310 indicação se não a deles. O que eu estou dizendo é uma lembrança que eu estou tendo do representante do
311 MAPA que agora não me lembro o nome dele.

312
313

314 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** - João
315 Carlos, veja bem, não válida. Até porque, por exemplo, eu conheço pessoalmente o José Felipe Ribeiro e,
316 inclusive, ele tem publicações e acho que era um ganho.

317
318
319 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Não é isso que eu estou dizendo, a minha dúvida é outra. Meu medo
320 é o MAPA inviabilizar a vinda dessas pessoas.

321
322
323 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** - Escute.
324 Veja bem, uma coisa é a indicação institucional e o "cara" vem com a posição política daquela instituição, aí é
325 verdade você tem toda razão é o MAPA que vai indicar, agora aqui do ponto de vista da discussão de um tema
326 técnico quem vai buscar e quem vai escolher os técnicos é coordenação porque o Zé Felipe, por exemplo, eu
327 conheço, eu não conheço o Roberval, mas o Zé Felipe vai ficar nos aspectos de quais são as espécies pioneiras,
328 secundárias, espaçamento, adubação, tamanho de (?) e etc. Quer dizer, ele vai falar do ponto de vista técnico e
329 com isso eu quero dizer o seguinte. O que você está dizendo não inviabiliza a proposta que aqui está colocada.
330 O que eu digo é o seguinte: Quando tiver os debates, aí sim do ponto de vista e conseqüentemente sair alguma
331 proposta de resolução ou indicativo de algum texto ou alguma coisa do ponto de vista da decisão com relação a
332 isso aí você tem razão aí não é Zé Felipe, não é Roberval, vai ser esse representante do MAPA que está
333 colocado e que está sendo indicado. Acabou de chegar a nossa Conselheira Alexandrina e depois a gente passa
334 para ela um pouco do...

335
336
337 **A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco)** - Eu já soube. E a ABEMA está
338 muito ocupada. *(Risos)*

339
340
341 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** - Já soube.
342 Mas a gente sempre precisa da ABEMA pela importância da instituição que é. Então para concluir para o Dr.
343 Paulo continuar na sua exposição, João, salvo entendimento diferente, eu acho que uma coisa não está
344 contrapondo a outra.

345
346 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Se houver uma... Porque a gente
347 discutiu bastante quem eram as pessoas que realmente tinham currículo de fato para falar sobre o tema e isso
348 que a nós analisamos para Mata Atlântica, Amazonas e Cerrado e não têm muitas pessoas e pessoas de fato
349 com muito currículo são menos ainda. Então é nesse sentido que nós analisamos, bem no sentido técnico
350 mesmo para fazer uma, enfim, colocar um pouco a evolução da técnica que houve desde... Essa técnica foi
351 desenvolvida em 20 anos, digamos, meados da 84 até agora meados da 2000 e então são 20 anos de pesquisas
352 que foram realizados com muitos livros e etc. então é isso que a pessoa vai colocar e dizer o que tem de novo,
353 esses aspectos pioneiros, a sucessão ecológica e etc., como é que isso evolui, realmente vai ser muito
354 interessante percorrer isso de novo. Então seria a parte, vamos dizer, de embasamento teórico do tema, tanto no
355 aspecto jurídico como no aspecto técnico e essa é a primeira parte na parte da manhã. Aí vem a parte da tarde
356 que são os exemplos e aí sim nós temos que discutir bem porque como têm muitos exemplos e a gente, vamos
357 dizer, no grupo que discutiu essas propostas colocou uma proposta tentando balancear um pouco Governo,
358 empresa, representantes da grande propriedade ou da propriedade mais empresarial, em vez de grande
359 propriedade, as ONG's, o Ministério Público e nós acrescentamos aqui mais uma coisa que são associações
360 dentro de cidade que era uma coisa que a gente não tinha colocado e tem um exemplo muito importante no Rio
361 de Janeiro com favelados, os próprios favelados fazendo e então a gente vai falar um pouquinho sobre isso.
362 Enfim, resolvemos colocar um pouco de exemplos bem significativos de cada seguimento, digamos.

363
364
365 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** - Então, Dr.
366 Paulo, nesse exemplo de ações implementadas eu queria ver com o Senhor se tem possibilidade, até porque a
367 gente mandou está sugestão, inclusive, está na própria transcrição da última reunião e também é uma coisa que
368 eu achei muito importante nesse trabalho que o MMA fez de aportar recursos, de estruturar o Ministério Público
369 da Bacia do São Francisco onde o Ministério deu carros, hoje têm sedes, tem 52, 53 Procuradores. O Ministério
370 do Meio Ambiente aportou grande parte dos recursos, mas não só, veio dinheiro também do Estado de
371 compensação ambiental e aí como eu acho que é uma experiência, além de contemplar essa coisa que a colega
372 da IBAMA colocou de que a fiscalização tem uma ação pró-ativa e não é só punir, mas também resolver o
373 problema efetivamente e por outro lado essa experiência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais é uma
374 outra visão que a gente tem do Ministério Público que eu acho que é muito saudável e positiva, eu teria a
375 sugestão de acrescentar aí, se for possível, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais o Dr. Alex que é o
376 Coordenador Geral e eu acho que hoje todos nós ganharíamos com essa experiência. Alex Santiago, a Cíntia

377 inclusive conhece. Alexandrina, aproveitando que vou largar o microfone, depois nós vamos voltar ao texto base
378 e vamos ver se dá para contemplar a sugestão que a gente apresentou de vocês participarem da elaboração de
379 uma parte do texto base, mas aí nós voltamos quando finalizar aqui.

380
381
382 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Bom, então estão aí na projeção os
383 exemplos e tem de Governo, na verdade, a CESP é uma estatal no Estado de São Paulo que começou de fato
384 um trabalho de pesquisa de fato junto com a Universidade de São Paulo que durante dez anos fez pesquisa de
385 como implementar APPs ao redor dos reservatórios hidroelétricos. Eles implantaram 500 hectares por ano em
386 dez anos, então têm 5000 hectares implantados de APPs, quer dizer, é uma coisa que é real e tem hoje vinte
387 anos.

388
389
390 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Quantos hectares por ano?

391
392
393 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - 500 hectares por ano eles plantaram
394 durante dez anos, de 88 a 98. Então hoje tem quase vinte anos esses primeiros plantios. Então é a CESP de
395 São Paulo. Depois a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo que aprovou um projeto JEF do Banco Mundial
396 de 20 milhões de dólares para restaurar APPs no Estado de São Paulo, então é um projeto, vamos dizer, muito
397 grande que se juntou ao projeto de micro bacias do Estado. Tem uma legislação no Estado de São Paulo que
398 obrigatoriamente tem que ter a restauração, oitenta espécie no mínimo, é um absurdo, os outros Estados olham
399 e dizem: isso é um absurdo, mas é devido ao adiante da pesquisa naquele Estado. Não estou puxando a
400 sardinha porque é o meu Estado, mas é uma legislação existente. Aí tem a Secretaria de Meio Ambiente e
401 Desenvolvimento de Minas Gerais que tem o **IF**, uma experiência muito importante com pequenos produtores e o
402 **IF** do Rio de Janeiro, enfim, com as experiências de Governo e todas elas estaduais. A experiência de empresas,
403 a gente colocou aqui e o setor florestal é o setor que mas evoluiu em termos de APP e reserva legal. Eles,
404 pressionados pela legislação, pressionados pela certificação e também porque constaram que espécies nativas
405 ajudavam a proteger a pouca diversidade dos eucaliptos e então eles achavam que APP e reserva legal protegia
406 de pragas e doenças as plantações e eucaliptos que eram clonais e aí então resolveu investir em APP e reserva
407 legal. Acho que é o único setor que de fato, vamos dizer, em grande escala fez APP e reserva legal e a
408 Votorantin e a VCP é uma das empresas pioneiras que avançou bastante nesse aspecto e aliás a Maria José, a
409 Zezé está hoje na VCP numa gerência dessa parte. E a outra empresa seria a (?) no Estado de São Paulo que é
410 a experiência dos usineiros do Estado de São Paulo que resolveram também restaurar as APP através da
411 Universidade de São Paulo, que é o Professor Ricardo Rodrigues, na verdade, que delegou para o Sérgio (?),
412 um outro professor que trabalha com ele, para fazer esse trabalho. Vamos dizer, é uma experiência florestal e de
413 usinas, os dois grandes setores que vêm pelo menos com a iniciativa de fazer, de restaurar ou recompor as
414 APPs. Grandes propriedades, propriedades rurais fica a cargo do CNA. Pode indicar o nome agora ou pode ser
415 depois.

416
417
418 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - A pessoa que em princípio nós íamos colocar, que seria a Zezé, nós
419 vimos que ela entrou pela VCP. Nós só estávamos esperando a resposta dela e estou vendo que já foi dada.
420 Então, eu vou ter que sentar de novo com o Dr. Assuero que é o Titular do CONAMA para tentar procurarmos
421 outro nome.

422
423
424 **O SR. MARCELO (CONAMA)** - Só esclarecer que esses nomes, João Carlos, são sugestões e nem todos
425 confirmados. A gente fez os contatos, indicações e até porque nós não fechamos a data e nem todo mundo está
426 confirmado.

427
428
429 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Eu acredito também que só o fato de ter a entidade ali que vai indicar
430 a pessoa, o nome pode ser uma coisa não tão urgente. Acredito eu, porque já tem o nome da entidade.

431
432
433 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Eu acho que pode ser colocar depois
434 um outro nome.

435
436
437 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** - João, era
438 importante que tentasse articular logo o nome e a data para que o mais rápido possível se fechasse às
439 instituições e as pessoas para...

440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) - A instituição está fechada. A instituição sim, eu estou dizendo o nome. Como eu falei ali que a instituição já está colocada ali, o que deixa a gente mais confortável para procurar o nome mais apropriado para fazer a apresentação.

O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas) - Bom, então, nós teremos o nome. Em relação as ONG,s a gente tem duas sugestões de ONGs que vêm trabalhando bastante com isso. A **PREMAV** em Santa Catarina, Mata Atlântica, em pequenas propriedades de Santa Catarina e o nome é Miriam Prochnov que acho que é Presidente da PREMAV e a outra é o ISA juntamente com a EMBRAPA. O ISA que trabalha no Xingu, na cabeceira do Xingu principalmente em áreas de cerrado. Então tem uma experiência em Mata Atlântica e uma experiência em cerrado e o nome é o Rodrigo Junqueira. Então seriam esse dois nomes.

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) - Existe também, só que eu não tenho o nome aqui agora e eu peço desculpa, mas essa última versão aqui eu só peguei ontem e eu estava com a versão antiga aqui, mas está tendo lá no Estado do Mato Grosso uma união entre o Governo Estadual, ma ONG's que eu não sei o nome e por isso que eu no posso disponibilizar aqui, uma ONG e a Federação de Agricultura do Mato Grosso no intuito do Governo Estadual dá um pedaço do verba, a ONG consegue, eu não sei os detalhes, é mais ou menos por alto que eu estou sabendo que a ONG consegue o outro pedaço e o agricultor entra com a vontade de restaurar. E segundo a notícia que eu tenho é que isso está andando bem para todos os três setores que seria o empresário, à parte do Ministério Público e das ONG's. Então eu vou tentar pegar os dados mais aprofundados sobre esse acordo que está havendo lá e trago depois para vocês.

O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas) - Inclusive é uma região importante.

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) - Isso surgiu após aquele problema que ocorreu lá no início do ano passado e foi uma decisão do Governador que chamou o nosso Presidente da (?) e essa ONG e começaram esse trabalho. Eu vou tentar pegar mais dados.

O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas) - Em relação ao Ministério Público tinha uma sugestão e agora temos duas sugestões, o Ministério Público de Bonito e Mato Grosso do Sul. O Luciano (?) e agora em Minas Gerais essa proposta feita de Minas Gerais, Alex Santiago.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) - Inclusive, Dr. Paulo, eu tomei a liberdade até de já falar com ele e ele ficou muito contente e dispôs a vir apresentar. Agora, como não sabia de data, provavelmente, se ele não puder vir com certeza mandara alguém ou ele vem mias um ou outro promotor para participar disso aí que eles têm um trabalho muito interessante.

O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas) - Ótimo, temos duas experiências do Ministério Público. E aí, vamos dizer, uma sugestão que não foi mandada aos senhores e senhoras é em relação à zona urbana. A gente resgatou esse trabalho no Rio de Janeiro nos morros, no Rio de Janeiro o trabalho é feito por associações de favelados. Se for o trabalho que eu conheço e, inclusive, está publicado e ganhou prêmios. A Prefeitura do Rio de Janeiro sentindo os problemas dos morros que vinham desbarrancando resolveram fazer um trabalho nos morros e aí quando chegaram aos morros tinha lá essas favelas e eles falaram: aqui vocês não entram, a não ser que nós façamos. Aí eles fizeram um acordo, prefeitura e os favelados e os próprios favelados fizeram, lógico que com a Prefeitura fazendo a parte técnica e aportando recursos e os favelados fizeram. É o trabalho social e ambiental muito importante. Ganhou prêmios e eu acho que merece.

A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco) - Paulo, uma pergunta até para a produtividade do seminário. Num caso como esse de associações urbanas do Rio de Janeiro. Esse é um problema que muitas associações urbanas já podem ter enfrentado. Eu não sei, aí estou lhe dizendo do caráter, que esse rumo do seminário pode tomas se... Uma coisa é trazer a análise urbana desse problema, outra é trazer as associações para um encontro como esse. Então eu não vejo, eu não acho muito plausível uma contribuição diretamente dos atores em termos de uma reflexão. Não estou aqui querendo ser elitista e não estou dizendo que é um doutor da USP que tem que falar sobre o morro da formiga, mas eu estou pondo isso na

503 mesa. Quer dizer, esse é um dado novo. Trazer as associações urbanas para discutir APPs nesse momento o
504 que significaria, na sua opinião qual é o incremento que traz pra o seminário?
505
506
507 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Na verdade, eu estava pensando no
508 aspecto técnico porque eu acho que convidaríamos o coordenador da Prefeitura para falar.
509
510
511 **A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco)** - Prefeitura. Mas aí está
512 “associações”.
513
514
515 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Vamos dizer, é feito com as
516 associações urbanas...
517
518
519 **A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco)** - É isso que tem que ver, quem é
520 o responsável. Eu tenho receio.
521
522
523 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Na minha visão eu acho que deveria
524 trazer aqui, vamos dizer, primeiro é uma experiência que não é mata ciliar. A grande maioria é mata ciliar, isso aí
525 é topo de morro, então é um exemplo de topo morro que é diferente e é urbano, os outros todos de propriedades
526 rurais. Então era mais nisto aspecto, vamos dizer, não discutir a questão social do problema, mas sim o aspecto
527 técnico do problema. Essa era a minha sugestão.
528
529
530 **A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco)** - Neste caso, quem vai ser
531 responsável por essa apresentação? A prefeitura ou a associação?
532
533
534 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - No caso eu acho que é a Prefeitura,
535 inclusive, quem ganhou o prêmio foi a Prefeitura.
536
537
538 **A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco)** - então ali teria que ser a
539 Prefeitura/Associação para não sair do foco do seminário, senão vira palanque fácil, fácil. Só estou tentando
540 contribuir.
541
542
543 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Só uma dúvida que essa resposta do Dr. Paulo me deixou meio
544 confuso porque no pensamento e acho que no pensamento legal APP é APP em qualquer lugar, não importa se
545 é numa propriedade rural, não importa se é num topo de morro. Então uma coisa é você dizer que no topo de
546 morro, eu vou dar um exemplo, em favela, em concentração urbana e morro, é você restaurar a APP com a
547 pessoa lá e outra é você fazer um programa de re-alocação populacional para tirar aquele pessoal de lá e
548 restaurar todo aquele topo de morro. Então a minha dúvida é o seguinte. Se você colocar uma pessoa, um
549 prefeito para dizer que está restaurando APP e não está tirando o pessoal ele estar se entregando. Ele está
550 dizendo que não vai tirar a pessoa de lá e isso é um crime e ele vai estar dizendo que ele está cometendo crime.
551 Então isso é complicado de você colocar. A pessoa que vai falar também vai ser responsabilizada e pode ser
552 responsabilizada por quem ele está representando ali se é Prefeitura ou Estado. Então, o que a pessoa for falar
553 alguma coisa, por exemplo, aqui vou dar o exemplo da agricultura, a partir do momento que você vai dizer que a
554 pessoa que está na favela pode continuar na favela e eu vou recuperar a vegetação em volta da residência da
555 pessoa, porque não aonde existe uma piscicultura que na data da legislação das sete mil oitocentos e pouco era
556 regular e de um dia pra o outro passou a ser irregular. Hoje, no Rio Grande do Sul, a Polícia Militar está
557 explodindo o DIC para tirar a pessoa dali. Então qual é a diferença do fato de ser rural ou fato de ser urbano,
558 para mim está ilegal. Concorda? Então, eu acho que isso é uma coisa complicada de colocar e eu digo porque
559 isso vai ser questionado lá.
560
561
562 **O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (APEDEMA-RJ)** - Essa questão aí é que quem cuida desse programa até com
563 bastante propriedade é a SMAC - Secretaria de Meio Ambiente e Conservação do Estado do Rio de Janeiro. Eu
564 acho interessante sim trazer os que se apropriaram dessa técnica que são as associações de bairro, visto que foi
565 uma forma do Estado chegar até os morros, porque para o Estado chegar aos morros do Rio de Janeiro precisa

566 de autorização do poder paralelo e quando você escolhe as associações urbanas para tocar esses trabalhos de
567 reflorestamento têm acontecido que o tráfico se retrai, melhor dizendo. Então a maior experiência é sobre a
568 responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro e, inclusive, em quase todas as favelas do Rio de Janeiro tem
569 um programa que envolve a comunidade para o que eles chamam lá de limites ecológicas que nada mais é do
570 que uma cerca, mas se não envolver a comunidade na necessidade de criação desses limites eles acreditam
571 que vai fazer como a Rocinha, vai atravessar a Floresta da Tijuca em função de que ninguém consegue levar
572 serviços públicos essenciais, se não envolver essas comunidades nesse sentido, mas é sobre a
573 responsabilidade da Prefeitura que ocorre o reflorestamento nas encostas do Rio de Janeiro.

574
575
576 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - É isso que eu estava dizendo: Aí ocorre na prevaricação e essa que
577 é a minha dúvida. Se a Prefeitura está deixando a pessoa continuar lá isso é prevaricação. Não existe, hoje as
578 duas formas de você utilizar APP, acredito que ainda não exista nenhuma que diga que favela possa continuar
579 em topo de morro. A legislação é tão absurda que se agente for colocar: Campos do Jordão é APP. Então você
580 começa a colocar algumas coisas aqui...

581
582 **O SR. BELIZÁRIO FRANCO NETO (Governo Tocantins)** – Dr. Paulo, só uma pergunta. Falaram aí na questão
583 urbana, voltando lá na questão dos reservatórios, principalmente, de hidroelétrica. Esse especialista estaria
584 falando somente da parte rural ou tem a preocupação da zona urbana dentro desses reservatórios?

585
586
587 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Esse trabalho de reservatório é só na
588 zona rural.

589
590
591 **O SR. BELIZÁRIO FRANCO NETO (Governo Tocantins)** - Eu então vou sugerir porque o meu Estado é um
592 desses que está previsto. Lá são oito grandes reservatórios, ou seja, na verdade, vai ser uma sucessão de
593 reservatório ao longo do Estado todo. E um dos grandes problemas nossos é essa parte da questão urbana. Eu
594 gostaria só de levantar essa preocupação e dentro das possibilidades, se pudesse ter uma parte que pudesse
595 discutir essa questão urbana dentro desses reservatórios.

596
597
598 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Isso aí vai ser abordado no aspecto
599 de legislação, eu acho que vai ser abordado isso.

600
601
602 **A SRa. DOMINIQUE LOUETTE (CONAMA)** - Eu queria insistir para responder ao João Carlos que esse
603 seminário não é para discutir em que APP se pode ou não fazer alguma coisa. Não vai se tratar de que esse
604 pessoal tira a favela para restaurar ou não. É: Caso eu tenha uma APP que eu queira restaurar como é que eu
605 posso fazer. É como fazer a restauração no caso que eu queira ou no caso que me obrigue, mas não é
606 discussão do uso de APP. É uma APP que eu quero restaurar é como é que eu faço. E a idéia aqui é haver os
607 diferentes atores que fazem essa restauração, que eles têm meios diferentes, têm condições muito são
608 diferentes. Então vê o problema que pode ter uma empresa grande que restaura APP ou uma associação de
609 bairros que restaura APP. É o problema técnico do dia-a-dia de implementar aquilo, o problema econômico de
610 fazer aquilo, você não olha se a APP do lado está ocupada ou não. você olha aquela área que vai ser
611 restaurada, que a gente pretende restaurar, quem fez explica como fez, quais problemas ele teve para dar idéias
612 a outras pessoas.

613
614
615 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (CNI)** - Eu queria pedir uma Questão de Ordem. Nós temos que nos ater, eu
616 acho que a Dominique foi muito feliz, nós temos que nos ater no objetivo do seminário. Eu estou vendo que está
617 abrindo um paralelo aí e nós vamos discutir até amanhã cedo e nós temos uma agenda para cumprir. Eu quero
618 pedir ao Presidente Rosalvo que a gente caminhe para conclusão da questão do seminário e que a gente
619 prossiga. Se nós começarmos a discutir paralelamente aqui nós estamos fugindo do objetivo do seminário.

620
621
622 **A SRa. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME/SPG)** - Eu queria reforçar o que a
623 Dominique acabou de colocar. Ela deu o ponto, o objetivo do seminário: É como fazer se você quiser restaurar a
624 sua APP. Então, por conta desse foco que a Dominique agora deu aqui, eu acredito que nós temos que trazer
625 bons exemplos, que tenham uma parte técnica e econômica de como foi feito aquele trabalho para recuperação
626 de certo tipo de área na; agricultura e em outro tipo aí de exemplos que possam ser levantados de bons
627 exemplos. Nós não vamos realizar um seminário para discutir problemas de APP aqui e acolá. A Dominique
628 colocou bem claro ali: É como fazer se alguém quiser praticar a restauração da sua APP. Então nós temos que

629 ser criativos de pegar exemplos bons para que sejam mostrados nesse seminário, seja qual for o setor, mas
630 identificar exemplos de qualidade.
631
632
633 **O SR. MARCELO (CONAMA)** - Só complementando o que a Dominique falou que também complementa a
634 Cristina, é isso: Porque topo de morro? A gente pegou diferentes atores, diferentes setores, diferentes biomas e
635 diferentes tipos de APP que até então a gente estava só em mata ciliar e agora nós vamos pegar topo de morro.
636
637
638 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – Antes de
639 continuar eu vou sugerir, atendendo até a sugestão do Caron, são 15h50, que a gente tente acabar as 16h
640 porque têm os outros temas, inclusive, as pessoas já estão aí. Dr. Paulo, antes de ir, até porque é uma coisa que
641 me toca muito pessoalmente, eu achava que era importante a gente ter exemplo também de implementação e eu
642 vou pedir ajuda da Alexandrina, recuperação de APP em zona costeira: mangues, restingas e essas coisas que é
643 uma problema econômico, 80% da população brasileira está de 0 a 100 KM da zona costeira e é absolutamente
644 importante que a gente tenha dois exemplos distintos, talvez um no Nordeste e um outro na região Sul. Eu acho
645 que aquele pessoal que está trabalhando em Santa Catarina com aquela produção de ostras e restauração
646 daqueles mangues e no Nordeste a sugestão do pessoal que recuperou, tem um trabalho importante na
647 recuperação de mangues e produção de camarão marinho.
648
649
650 **A SRa. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO)** - Felizmente estou aqui com o
651 Comandante Castro e nós somos representantes do **DIPRO** pelo IBAMA e eu ia justamente naquela hora pedir a
652 palavra para pedir exatamente para que se contemplasse porque a gente falou em Mata Atlântica, falamos em
653 tudo isso e não podemos esquecer o zoneamento costeiro, o macro zoneamento estão aí, os planos estão aí e
654 se a gente não pensar que o número maior reduzido de APP são das áreas da zona costeira que foi um tema
655 que ontem mesmo a gente abordou, não é Comandante. E esse aspecto de carcinicultura e tudo, nós temos um
656 exemplo grande de um trabalho que nós fizemos juntamente com o Estado do Piauí e é um dos que tem dado
657 mais respostas para gente. Eu não poderia apontar uma pessoa aqui agora, mas nós temos resultados lá. E no
658 Estado do Ceará o trabalho foi feito, foi elaborado e por questões políticas não foi executado. Então são
659 exemplos. E no Rio Grande do Sul, já que vocês estavam querendo locais, no Rio Grande do Sul nós
660 identificamos ontem, inclusive, com o sistema de gerenciamento costeiro, o **CIGECON** que é o que tem dado
661 melhores respostas para esse tipo de assunto que vocês estão querendo. Se vocês quiserem o Comandante
662 pode depois indicar nomes positivos.
663
664
665 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – Indica
666 direto para o Paulo. Companheiro de Minas Gerais.
667
668
669 **O SR. BENERVAL ALVES LARANJEIRA FILHO (SEMAD – ME)** - Só para tentar esclarecer uma coisa porque
670 eu acho importante também essa questão de APP as margens de reservatórios, como o colega falou do
671 Tocantins, não seria o caso, a **CESP** não seria essa experiência? Eu estou falando que ele ficou sem resposta
672 sobre quem falaria sobre essa coisa. Eu estou identificando que a **CESP** poderia abordar esse assunto. Só para
673 ajudar.
674
675
676 **A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco)** - É muito rápido. É o seguinte, eu
677 acho que a representação também nacional, já que a gente é uma Federação é importante. Não é possível que
678 só Rio, São Paulo, Minas tenham bons exemplos, independentemente dos atores. Então eu vejo com muita
679 propriedade a ressalva do **GIGERPRO** e de Rosalvo porque nós já temos, inclusive, no Ceará exemplos de que
680 o manguezal cresceu nos últimos três anos. Eu estou dizendo dos estudos, eu quis dizer, os estudos
681 demonstraram que nos 40 anos. E a outra coisa também é saber se na área mesmo Norte apenas o exemplo da
682 **EMBRAPA CPAA** se é tão representativo. Eu sei que o seminário tem que ter o foco, mas não pode ser também
683 de experiências que gente já conhece de pessoas já chapadas, até porque nós já discutimos isso na reunião
684 passada que veio uma porção de pessoas que são sempre as mesmas e tal. Então eu já vejo isso como um
685 grande avanço. Obrigado.
686
687
688 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Duas coisas. Uma que eu ia falar que tem o estudo da **LABOMARCA**
689 da Universidade Federal do Ceará que fala sobre manguezal e lá coloca que nos últimos 40 anos houve um
690 aumento de 30% na área do manguezal em todo o nordeste. É um estudo com foto de satélite que até o próprio
691 **LABOMAR** está para se contratado pela FAU para fazer o estudo de manguê no mundo e o primeiro País que

692 eles querem começar é os Estados Unidos. Só para dizer aqui e fazer uma propaganda Tupiniquim, dizem que
693 os dados que o Brasil têm são melhores que os americanos, só para fazer uma propaganda do Brasil. Eu queria
694 colocar uma questão aqui, Cristina, é que essa preocupação que eu coloquei é porque aqui no próprio seminário
695 coloca vantagens e limitações do ponto de vista técnico e econômico. Então não é só a parte boa que estamos
696 falando aqui, estamos também falando da limitação. A permanência da pessoa no local de APP é uma limitação.
697 A permanência de uma pessoa da aqüicultura em APP e mata ciliar é também uma limitação econômica, porque
698 está lá? Por que é mais perto, por que vai gastar muito menos para estar lá naquele local. Então o que eu coloco
699 aqui, Cristina, é exatamente isso. Se você for ver são vantagens e limitações do ponto de vista técnico ou não.
700 Não é só a parte boa da recuperação de APP, nós estamos botando também a limitação. A pessoas estando lá
701 na recuperação da APP na favela é uma limitação. Então meu medo é esse: a pessoa falar durante a palestra
702 dele dizendo que ele está restaurando e não está tirando a pessoa de lá é prevaricação. Esse é o meu medo.
703

704
705 **A SRa. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME/SPG)** - Sim. E se ele não pode tirar, outros
706 também não vão poder.
707

708
709 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Setor rural. Você pegou o ponto.
710

711
712 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – João,
713 vamos ficar no seminário e vamos tentar fechar até as 16h isso daí. Dr. Paulo, eu proponho o seguinte, salvo
714 outro entendimento. O Senhor terminasse aqui a discussão da mesa temática e aí a gente faria uma discussão
715 final com esse tema e aí fecharíamos porque a gente já está aqui a mais de uma hora.
716

717
718 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - A gente acha que é super importante
719 essa inclusão da zona costeira e marinha com esses exemplos que foram dados: Ceará e Rio Grande do Sul.
720 Talvez dois; um no Nordeste e outro no sul, só para não ter muito. Então dois exemplos. Bom, e depois, ao final,
721 que é a mesa talvez já de proposições. A mesas finais que são quatro mesas: Medidas a serem implementadas
722 para favorecer a recuperação dessas áreas. A **Mesa 01** seria de legislação envolvendo dois aspectos:
723 "Legislação a ser aprimorada ou complementada e a Resolução do CONAMA". Seria uma discussão sobre isso.
724

725
726 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – Vamos
727 deixá-lo passar tudo porque aí a gente faz uma discussão em bloco das discussões das mesas e depois a gente
728 faz a última discussão do geral e encerramos. Só uma questão de tempo para vocês, inclusive, falarem.
729

730
731 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - A **Mesa 02**: "Incentivos fiscais e
732 tributários". É o tema geral com 4 sub-temas: 1 -Seqüência de carbono, já que todo mundo sabe que já existem
733 projetos sendo feitos nessa área de APP para seqüestro de carbono, sendo que envolveria projetos de pequena
734 escala e foi aprovado agora no Protocolo de Kyoto e os projetos de grande escala. 2 - A questão do Plano Safra,
735 tanto do Ministério da Agricultura como do MDA que envolve a questão de APP e reserva legal. 3 - O ICMS
736 ecológico. 4 - Além do projeto produtor de água da ANA. Então vamos dizer, alguns exemplos já existentes de
737 incentivos. A questão de tributação, fundo para restauração de APPs, visando conversão de multas, enfim,
738 algumas alternativas nesse aspecto e aspectos institucionais. A **Mesa 03**: "Monitoramento, mapeamento das
739 APPs, implantação de um sistema de licenciamento ambiental em propriedades rural". E a **Mesa 04**: "Iniciativas
740 técnicas". A assessoria técnica, vamos dizer, poderia ser melhorada essa questão para o agricultor; assessoria
741 técnica, produção de mudas, viveiros, redes de sementes, coletas de sementes em Unida de conservação. A
742 gente está discutindo com o IBAMA, com a DIREC a possibilidade de, para recuperação de áreas de APP e
743 reserva legal, se utilizar, hoje não se pode coletar sementes nas unidades de conservação de uso restrito. Então
744 está se tentando ter um caminho que se possa, o **Valmir Ortega** já se prontificou a fazer alguma forma de fato
745 que possa possibilitar isso para usar semente de ótima qualidade nas Unidades de Conservação. Enfim, então
746 essa seria a mesa mais propositiva, digamos, que é onde haveria a possibilidade de muitas sugestões e etc.
747 para políticas públicas e isso aí é o mais importante e a discussão final a definição de prazos de metas.
748

749
750 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – Com
751 relação a esse aspecto do seminário; "discussão por mesa temática" alguém gostaria de se pronunciar. Dra.
752 Alexandrina e depois a Sônia.
753

754

755 **A SRA. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco)** - Paulo, nós já vamos ter na
756 abertura do seminário um tempo suficiente quase de 1h30 devotada à legislação. Eu pergunto se há a
757 necessidade de uma outra mesa temática de legislação, inclusive, abordando a Resolução do CONAMA que nós
758 passamos recentemente a discutir tão intensamente. Então é uma pergunta por economia de tempo e de foco do
759 seminário. Número dois, a Mesa nº 02 eu acho que o objetivo é muito bom, agora tem que se melhor qualificada
760 porque o ICMS ecológico não é incentivo fiscal e tributário, é um instrumento econômico de gestão ambiental.
761 Então a gente tem que organizar melhor, a idéia é boa. A Mesa 03 eu não posso opinar porque imagino até esse
762 momento que o mapeamento de APPs é alguma coisa muito utópica, mas se está aqui é porque alguém pode
763 fazer e eu gostaria de aprender. E a terceira nós temos que ter cuidado para não passar deste objetivo do que
764 fazer em exemplos que possam ganhar escala e reduzir a propostas técnicas muito focalizadas. Então é um
765 objetivo que essa última de iniciativas técnicas tenha essa visão um pouco mais abrangente do País. Então a
766 minha sugestão é que a Mesa 01 não exista ou troque por outra mesa ou por outra cadeira, mas essa não vai
767 chegar e eu acho que contribui nesse momento das mesas.

768
769
770 **A SRA. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO)** - Eu ia justamente concordar com ela
771 porque eu já vi aqui que vem a história do conceito na legislação mundial e tanto talvez pudesse colocar,
772 principalmente, a legislação nacional e a eficácia, a efetividade das leis porque nós temos "N" resoluções, só o
773 Código Florestal já é o suficiente se as pessoas cumprissem para não ter mais esse tipo de problema. Então até
774 poderia chamar aqui o Dr. Sepúlveda Pertence para falar da efetividade, da eficácia das leis, porque elas não
775 dão cumprimento? Porque tantas resoluções? E eu acho que realmente essa Mesa 01 poderia ser consolidada
776 na mesa anterior e que essa mesa, como ela falou, de monitoramento que pelo que eu percebo ainda existe uma
777 necessidade de maior esclarecimento das ações de monitoramento no nosso País. Eu acho que nessa hora, por
778 isso eu indico o Dr. Flávio, não só pelo Centro Nacional de Monitoramento Ambiental, pelo Projeto Mata Atlântica
779 que tem lá que ele junta justamente toda essa parte de fiscalização, prevenção e proteção que é uma coisa
780 fundamental porque nós sabemos que é o fiscal em loco que pode detectar a maior parte das áreas que estão
781 degradadas. E é o monitoramento por satélite que verifica também as áreas degradadas e que é com o
782 consenso do poder decisor e da gestão que a gente pode finalmente saber quais são as áreas que devem ser
783 preservadas. Então eu colocaria melhor essa ação de monitoramento. Não só o mapeamento das APPs, mas
784 das Zonas Ecológica Econômica e toda essa região que tem aqui que fica tramitando entre essas áreas porque
785 esse é o grande problema das invasões e esse sistema de licenciamento ambiental, nós temos o nosso sistema
786 de licenciamento ambiental funcionando lá dentro do IBAMA pró-ativo. Eu não entendi porque especificamente
787 da propriedade rural, nós temos dois: o **SISCON** e o **SISLAF** lá dentro que são dois sistemas enormes e eu acho
788 que consolidava. Eu acho que uma pessoa só bastaria para esclarecer isso aqui de uma forma mais pró-ativa e
789 se tornar também não cansativo o evento. Uma particularidade dentro do sistema de licenciamento, eu acho
790 muito restrito. Nesse tópico todo seria o Dr. Flávio Montial. Ele teria condições de falar sobre tudo isso.

791
792
793 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Concordo com a Sônia do IBAMA e isso é uma coisa difícil de
794 acontecer. Brincadeira. Mas o que eu coloco aqui é exatamente essa implementação... Primeiro, mapeamento
795 das APPs, primeiro que já existe uma briga gigantesca do que é uma APP, já existe uma briga. Eu dou exemplo
796 do Nordeste que o pessoal briga dizendo que *apicum em salgado* é parte integrando do manguezal, sendo
797 assim uma APP só que dentro do CONAMA foi votado que não é. Se você for analisar a gente tem que trabalhar
798 em cima da legislação que está colocada na mesa: *apicum em salgado* não é APP. Então esse negócio de
799 mapeamento de APP é uma coisa muito complicada de se colocar. Se você for ver a metodologia cada um vai
800 bater. Segundo, implantação do sistema de licenciamento ambiental da propriedade rural. Exatamente, já existe
801 e porque só da propriedade rural? Se você for fazer o licenciamento ambiental, o colega Rosalvo colocou aqui,
802 80% da população... De 0 a 100 KM é 80% da população. Então espera aí, gente, se for ver o que é Nordeste
803 todo, se você for ver Pernambuco, minha terra, se você for vê ali a região de Epina, Boa Viagem, Piedade e
804 Candeias, todas são um manguezal enterrado, não existe. É um manguezal aterrado e todo mundo chama até
805 de a Veneza brasileira. Então se você for ver eu acho que o pessoal está chutando a pessoa errada. O negócio
806 tem que ser mais trabalhado aquilo ali porque vocês estão tentando pegar, parece que estão justificar alguma
807 coisa tentando nos pegar de um jeito. Não sei, eu acredito que isso é um pouco maior.

808
809
810 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – Paulo, só
811 um instante que aí você responde tudo. Nessa questão de mapeamento de APP, João, e aí nós temos uma
812 experiência que eu gostaria de acrescentar para ajudar nessa mesa, que é o trabalho que o Ministério da
813 Integração junto com a **CODEVASP** fez, inclusive, tinha um funcionário da SBF na última reunião que ele,
814 inclusive, desconhecia até a existência desse seminário. Eu falei: olha, você articula lá com o Vigot e vê bem isso
815 daí. Nós, inclusive, financiamos e pode colocar até entre parênteses ali, Dominique, nós financiamos a
816 Universidade Federal de Lavras. Existe um DVD pronto, o inventário florestal no Estado de Minas Gerais. Eu
817 acho que era importante trazer essa experiência deles, enfim, o trabalho que eles fizeram... Quando tiver outras

818 sugestões a gente vai acrescentando. Era importante a gente pegar, Paulo, como resultado até porque é uma
819 ferramenta do monitoramento é quais são as diferentes experiências que estão sendo feitas com a questão de
820 mapeamento de APP. Eu acho que era importante isso. Com a palavra você para comentar a questão das
821 mesas técnicas e aí a gente finaliza com avaliação geral da proposta e passamos para o outro ponto.

822
823
824 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Bom, eu acho que o objetivo dessa
825 discussão aqui exatamente mesmo coletar informação dos membros da Câmara Técnica. Tudo bem, eu acho
826 que até quatro mesas eram muitas mesas de fato e eu acho que vai facilitar até a gente incluir a Mesa 01 de
827 legislação naquele primeira sessão de legislação. Então diminuiria. Bom, a Mesa 02 eu acho que a Alexandrina
828 fez algumas ressalvas que a gente poderia até organizar melhor, vamos dizer, o que de fato incentivos, o que é
829 tributação e a gente então, vamos dizer, organizar um pouco melhor isso aí, mas colocando esse enfoque
830 mesmo. A questão de monitoramento, vamos dizer, a Sônia apresentou aí as sugestões que vão ser
831 incorporadas. E mesa quatro parece que não houve grandes...

832
833
834 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - O sistema.

835
836
837 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Sim. A gente, vamos dizer, é lógico
838 que vamos aceitar sugestão da Sônia no aspecto do monitoramento. Então a gente acata de fato, vamos dizer,
839 essas sugestões apresentadas.

840
841
842 **A Sra. DOMINIQUE LOUETTE (CONAMA)** - A idéia dessas mesas não era que fossem feitas apresentações
843 sobre os tópicos que estão embaixo. Os tópicos que estão embaixo são coisas que ocorreram na cabeça do
844 pessoal que estava organizando o seminário de coisas que poderiam aparecer nas mesas para gente orientar a
845 formação das mesas, convidar as pessoas adequadas para as diferentes mesas. A questão da legislação,
846 resolução do CONAMA não se trata da resolução que foi votada. Seria saber se precisa, se é necessária alguma
847 resolução do CONAMA sobre a questão da restauração de APP. Então ponto de interrogação se precisa e se
848 precisa qual seria o foco em função das limitações que aparecessem no seminário anteriormente. E quanto ao
849 licenciamento ambiental da propriedade rural foi colocado aí porque vários Estados estão implementando esse
850 sistema, a gente tem Rondônia que está fazendo, acho que o Mato Grosso que está fazendo também e que é
851 considerado atualmente pelo IBAMA como uma ferramenta também para a organização do espaço e definição
852 de que áreas poderiam ser restauradas.

853
854
855 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - então eu acho que isso aí deveria ser colocado no dia anterior porque
856 você está dizendo que nada vai ser apresentado nisso aí, isso vai ser uma discussão. Então isso é uma
857 apresentação de que alguns Estados estão fazendo um tipo de licenciamento que é aquele com foto de satélite
858 bonitinho, geo-processado. Então eu acho que isso deveria ser colocado no dia anterior.

859
860
861 **A Sra. DOMINIQUE LOUETTE (CONAMA)** - Mas esse não é um exemplo de restauração. Para nós esse seria
862 um exemplo de um dos instrumentos que poderiam favorecer.

863
864
865 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Aqui tem exemplo de ações implementadas e você ver quem já fez
866 ou está fazendo. Isso é uma forma de você mostrar que você está fazendo para implementação de novo da APP.
867 Está entendendo o que eu estou dizendo? Você entraria no segundo dia, na quinta-feira de 14h às 19h.

868
869
870 Alexandria: Eu acho que Dominique agora disse bem. Pensou em voz alta o livre pensar, então tem que ser
871 melhor analisado e traz depois porque senão a gente vai discutir. Agora já levando em conta o eu nós decidimos
872 aqui. Mapeamento de APP se aparecer aí nós vamos ser ridicularizados. Isso não existe: Licenciamento se
873 existe ou não. Então leve em conta as observações e rever, inclusive, da necessidade, eu vou mais além,
874 dessas mesas para o objetivo que você delimitou. Pensem.

875
876
877 **A Sra. DOMINIQUE LOUETTE (CONAMA)** - O objetivo do seminário é saber como faz e qual a melhor maneira
878 de fazer e nesse dia é tentar discutir o que teria que ser melhorado para você fomentar a restauração das APPs.
879 Então poderia ser uma parte tributária, sabe, todas as idéias, o Plano Safra...

880

881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943

O SR. MARCÍLIO CARON NETO (CNI) - Pessoal, nós estamos fugindo de novo do nosso propósito. Eu gostaria de voltar novamente ao objetivo e eu quero fazer a minha colocação. Eu continuo discordando de se discutir aqui fiscalização, monitoramento. Nós podemos até fazer isso numa segunda parte, essa discussão é uma contribuição positiva de como nós podemos transferir o conhecimento técnico científico para que a gente possa recuperar APP e ponto. Porque senão se nós começarmos a puxar a questão fiscalização, monitoramento foge do conteúdo. Vamos discutir fiscalização? Vamos, mas eu acho que essa é uma segunda parte do projeto. Vamos discutir só o número e a quantidade de informações que nós vamos ter que receber na questão de restauração, minha gente, é uma coisa enorme. Vamos deixar para discutir os outros tópicos que são importantes e necessários no segundo tópico. Eu acho que nós estamos, eu sei que a aflição de todo mundo é poder resolver, mas eu acho que a gente foge do objetivo maior e vamos fugir, eu acho mais ainda, na qualidade do seminário. Essa é a minha posição e vamos para o objetivo para gente poder finalizar isso. Eu acho que pela massificação de informações que colocaram ao Professor, eu quero sugerir que nós façamos o seguinte, ele vá trabalhar em cima dessa nova estruturação e podemos fazer uma reunião da nossa Câmara e discutir finalmente. Erra essa a minha posição.

A SRa. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO) - A minha única coisa que eu acho que poderia esclarecer, na Mesa 03 poderia colocar monitoramento e licenciamento e eu acho que iria resolver esse problema temático de vocês, mas eu estou com ele vamos propor para o futuro mesmo.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (APEDEMA-RJ) - Eu vi lá em cima que teria uma espécie de texto base, a Cristina sugeriu termo de referência. Eu acho que ficar discutindo semente, produção de muda e tal é perda de tempos, mas o que poderia ser interessante é que no texto base viesse todas essas mesas condensadas e quem quisesse tocar no assunto em alguma outra oportunidade lá em cima para que a gente possa realmente se debruçar em cima do que é restauração de APP. Então essas questões aí não, como Alexandrina colocou, seria uma espécie de “chover no molhado”, conversa de surdo e mudo aí, sempre os mesmos e tal. Eu achava que ele poderia vir como um anexo do texto básico para quem quisesse citar onde, como quando em que sistema de licenciamento isso está incorporado e aí resolve o problema e a gente ganha mais tempo para debater os assuntos para serem melhores aproveitados.

O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas) - Conversei aqui com a Dominique, até tentando, vamos dizer, seguir exatamente o objetivo que ela colocou claramente, quer dizer, como fazer. Então a gente poderia resumir essa parte final, a discussão de mesa em duas mesas, eliminar de legislação e de monitoramento e ficar Mesa 01: “Incentivos fiscais e de tributação”. E aí organizar melhor aí, vamos dizer, acho que nem colocar porque isso aí foram pontos levantados só para dar exemplos do que seria. Quer dizer, que políticas públicas podemos fazer, vamos dizer, em termos de incentivo de tributação para facilitar, para possibilitar que o agricultor faça a restauração.

A SRa. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME/SPG) - Só complementando o que você está falando. Poderia colocar: “Incentivos e Aplicação de Instrumentos Econômicos”.

O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas) - E a outra mesa seria, vamos dizer, é lógico que está iniciativas técnicas e não é bem técnica, vamos dizer, que facilitação técnica deve existir para o agricultor. Eu acho que isso não é chover no molhado não, isso não tem. Quer dizer, têm áreas para coletar sementes adequadas? Não têm. Têm viveiros adequados com diversidade de espécies, com espécies adequadas? Não têm. Tem assistência técnica específica para isso? Não tem. Então é isso que está se colocando. Então são duas coisas: primeiro é incentivos e segundo a parte técnica, quer dizer, como facilitar de fato? Como é que vai ser? Quem vai fazer isso? É isso que está sendo a discussão, então dois pontos somente. E aí para gente começar a propor coisas de fato que façam acontecer, é isso que estamos querendo.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – Então, veja bem, nós acabamos essa discussão das mesas e aí quem quiser ainda falar sobre a mesa fala e a gente faz uma geral, abre uma geral do seminário como um todo e encerramos o ponto.

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) - O que eu quero colocar nessa Mesa 04 que eu acho uma coisa interessante, que muito da não existência da APP em algumas propriedades rurais é pela falta de um

944 detalhamento, de uma educação do porquê da APP, então eu acho que poderia colocar ali também essa parte
945 de educação ambiental porque você chega, a partir do momento que o agricultor tem consciência do futuro da
946 propriedade porque o pensamento do agricultor é passar para o filho e para o neto e assim por diante e ele
947 nunca vai querer que a sua propriedade de degrade para quando chegar no filho dele só existir um princípio de
948 um deserto. Então eu acredito que essa parte de educação ambiental é uma coisa interessante.

949
950
951 **O SR. BENERVAL ALVES LARANJEIRA FILHO (SEMAD – ME)** - Eu não sei, na verdade, eu não tenho uma
952 sugestão para o Seminário, só acho que a questão... Eu queria que vocês pensassem sobre essa questão. A
953 questão de mapeamento de APPs é uma dificuldade que a gente tem pela própria definição de APP. Em Minas
954 Gerais nós temos, acho que em todos os Estados do País... Eu estou falando por causa de que pelo fato de ser
955 difícil será que não mereça uma discussão? É essa a minha pergunta. Porque APPs as margens de curso d'água
956 é desde o ponto mais alto da inundação lá. Onde a gente encontra isso? Quer dizer, tem uma várzea, uma
957 planície inundável, quer dizer, APP não é uma coisa paralela ao curso d'água, ela é heterogenia, ela não é
958 uniforme. Segundo, nós em Minas temos muita dificuldade com APP de topo de morro porque tem um morro que
959 é sobre o outro que é sobre o outro e aonde é a base? Nós não sabemos. Então tem um trabalho até de um
960 professor da Universidade de Viçosa sobre isso, que ele fez um sistema de geo-processamento lá e estava
961 tentando identificar APP em topo de morro e não conseguiu. Eu só estou colocando que isso é uma dificuldade e
962 se seria pertinente nesse seminário se discutir isso ou não. Não estou dando opinião.

963
964
965 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Eu acho que isso que você está colocando já está no seminário. Se
966 você for ver aqui na quarta-feira, dia 12, nos aspectos históricos e jurídicos, aqui coloca o que existe na
967 legislação em relação as APPs e isso aqui eu acho que é a hora de se colocar essa dificuldade de interpretação.
968 E as implicações dessa legislação para quem deseja recuperar a sua APP, porquê? Por que você não sabe o
969 que é sua APP. Então eu acho que isso está bem colocado e só poderia ser colocado pra as duas pessoas que
970 vão fazer essa explanação colocar esses dois pontos também. Acredito que isso fica mais para o Gustavo do
971 que para o André porque seria a parte de Governo. Não sei se você concorda.

972
973
974 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – Dr. Paulo,
975 eu estou inscrito e a minha sugestão final são dois aspectos. Eu acho que precisaria, até pegando um pouco a
976 experiência dos debates realizados aqui agora no Câmara, então eu queria abordar dois aspectos. O primeiro
977 aspecto, e aí eu pego um pouco da experiência que eu acabei sendo parecerista do Fundo Nacional do Meio
978 ambiente para aquele edital de recuperação de mata ciliar e etc. E a gente percebeu, depois fizemos a reunião
979 com a equipe toda de pareceristas, que havia um certo desconhecimento por parte de muitas instituições grandes
980 e de técnicos e então eu vejo como importante que a gente pudesse ter uma divulgação grande de publicações
981 de empresas, de folhetos técnicos e etc. E aí eu pego muito, eu fico muito preso na minha sugestão com relação
982 à proposta do seminário; é “restauração de APP”. Então eu vou ficar só com isso; “restauração de APP”. Então
983 era importante que a gente pudesse, não sei como está a equipe do Senhor, que a gente pudesse trazer
984 empresas, editoras e etc., que vendesse, que pudesse muito técnicas e material técnico e panfleto, livro com
985 relação à restauração da APP. Então esse é o primeiro ponto. Divulgar bem livro, CD sobre restauração de APP.
986 A gente teve muita dificuldade, por exemplo, nos pareceres desse edital e o edital exigia que você citasse pelo
987 menos dez espécies que iria utilizar e o “cara” não sabia citar três, para se ter idéia grandes instituições que não
988 é o caso aqui da gente ficar dizendo. Então essa é uma primeira sugestão, que a gente tivesse essa
989 preocupação de divulgar ao máximo as publicações, livros e etc., com relação ao restauro. E a segunda era uma
990 divisão e aí o Senhor precisaria fazer uma matriz para contemplar, pelo menos, três grandes divisões que eu
991 consegui visualizar aqui, que é o restauro em de zona urbana e rural, um. Dois, a questão de Bioma, Cerrados,
992 Mata Atlântica, Zona Costeira, Marinha e etc., Caatinga, que a gente tivesse experiência que contemplasse
993 esses biomas, que a gente tivesse experiência em zona rural e urbana. E terceiro, que a gente pudesse ter
994 experiências de instituições institucionais: Governo Federal, Governo Estadual, Municipal, Empresas, ONG's e
995 outras instituições que a gente pudesse. Então essa matriz seria montada contemplando essa sugestão dos três
996 grandes temas: Urbano e rural, Biomas e Instituições. Aí eu acho que essas sugestões e outras que foram
997 apresentadas, o debate havido agora nessa Câmara e o debate anterior e aí o Caron já me permitiu que a gente
998 não fizesse outra reunião mais da Câmara com relação ao seminário e daí para frente se tocasse, se começasse
999 a divulgar o local e todas essas tarefas, ações que não são fáceis que precisariam ser finalizadas para que
1000 naqueles dias a gente pudesse ter finalmente esse seminário de restauração de APP. Eu consultaria as pessoas,
1001 os outros Conselheiros se ainda teriam alguma sugestão com relação ao seminário, senão a gente vai passar
1002 para o outro ponto. A única inscrita, então é a Dominique, passo a palavra a Dominique e depois ao Dr. Paulo
1003 para finalizar a sua participação.

1004
1005

1006 **A SRa. DOMINIQUE LOUETTE (CONAMA)** - Em função do que foi dito antes, retiramos ou não do texto base a
1007 parte de monitoramento e fiscalização? Retiramos. Só queria confirmar.
1008
1009
1010 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Bom, antes de tudo eu queria
1011 agradecer muito a ótima discussão e grande contribuição da Câmara. Então a gente faria, vamos dizer, uma
1012 consolidação dessas sugestões todas e remeteria a todos da Câmara Técnica por *e-mail* e se houvesse alguma
1013 coisa muito relevante a gente acataria, mas como a gente vai acatar todas as sugestões, eu acho que a gente
1014 vai apresentar uma sugestão que fecharia e não teríamos essa outra reunião e já fecharíamos então através de
1015 *e-mail*, conforme sugestão do Caron. Então eu agradeço novamente e peço desculpas por ter que sair, mas já
1016 que é outro tema que vai ser discutido. Muito obrigado a todos.
1017
1018
1019 **A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco)** - Só antes de você sair, eu só
1020 tenho uma ponderação que não em absoluto para, enfim, deixar de lado a discussão de conteúdo, é o seguinte.
1021 Vai ser muito difícil para os Estados passarem quatro dias aqui em Brasília seguidos ao CONAMA. Então eu
1022 prevejo, estou falando pelos Estados um certo esvaziamento de nossa parte, não podemos. Eu estou falando da
1023 minha galera. Se morar longe são cinco.
1024
1025
1026 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - No início nós tínhamos programado
1027 para terminar na hora do almoço no segundo dia.
1028
1029
1030 **A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco)** - Estou logo avisando.
1031
1032
1033 **O SR. PAULO KAGEYAMA (Secretaria de Biodiversidade e Florestas)** - Vamos levar essa preocupação. O
1034 que a gente poderia fazer era talvez uma parte de outro dia ser na abertura. Quer dizer, ser uma abertura mais
1035 rápida e ter, digamos, a nobre, por exemplo, de legislação do Paulo Afonso já ser à noite e aí dá uma diminuída
1036 e como nós diminuimos duas mesas na parte final eu acho que daria para dar uma enxugada no tempo. Se a
1037 preocupação é relevante temos que zerar.
1038
1039
1040 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – O Caron
1041 pediu o seguinte. Enquanto o pessoal que vai fazer a apresentação do próximo tema se posiciona ele pediu dois
1042 minutos para gente tomar uma água e um cafezinho e voltar logo em seguida.
1043 *(Intervalo para Café)*
1044
1045
1046 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – Enquanto
1047 o pessoal do IBAMA prepara a sua apresentação no notebook... É o item 03 - Normas para Padronização dos
1048 Procedimentos de Monitoramento, Tratamento, Análise e Sistematização dos Dados para Elaboração do
1049 Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira. Antes de passar a palavra ao pessoal do IBAMA eu queria,
1050 Dominique, eu queria pegar com a Assessoria Técnica do CONAMA e ir lembrando aquela decisão da Câmara
1051 que nós tomamos juntos com a Gerência do **GERCO** no sentido de que aquele calendário todo mês tem
1052 produtos, você lembra? Janeiro um produto, fevereiro e etc., que estes produtos, então, que a Assessoria, o
1053 Diretor do CONAMA oficializasse a Gerência do **GERCO** com relação a o envio a esta Câmara dos produtos que
1054 já estão prontos. E segundo, eu faço isso de maneira porque nós tomamos essa decisão coletiva e a Câmara até
1055 hoje, nós passamos janeiro, fevereiro, março e abril e não recebemos nenhum daqueles sub-produtos que está
1056 naquela proposta de calendário. Então solicito que seja oficializado a Gerência do **GERCO** que mandem para
1057 nós esses produtos. E segundo, que nós sejamos também informados com relação, Dominique, aos próximos
1058 passos que serão dados porque a Câmara não quer meramente ficar aqui discutindo e aprovando resolução e
1059 isso e aquilo. Nós queremos ter uma ação pró-ativa e nós queremos participar de todo o processo. Então eu
1060 solicito que a programação do mês de maio e junho que são os dois meses para frente nós seja remetida e que
1061 nós sejamos convidados para todos os eventos daqui para frente. E segundo, que os produtos que já existem de
1062 janeiro, fevereiro, março e abril sejam remetido oficialmente para todos os membros dessa Câmara. Feita essa
1063 observação eu vou passar para você porque você está pedindo a palavra.
1064
1065
1066 **A SRa. DOMINIQUE LOUETTE (CONAMA)** - A observação é que foi encaminhado um memorando em nome do
1067 Presidente da Câmara Técnica nesse sentido para o **GERCO**.
1068

1069
1070
1071
1072
1073
1074
1075
1076
1077
1078
1079
1080
1081
1082
1083
1084
1085
1086
1087
1088
1089
1090
1091
1092
1093
1094
1095
1096
1097
1098
1099
1100
1101
1102
1103
1104
1105
1106
1107
1108
1109
1110
1111
1112
1113
1114
1115
1116
1117
1118
1119
1120
1121
1122
1123
1124
1125
1126
1127
1128
1129
1130
1131

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – Foi quando isso? Bom, tem a data lá, de qualquer maneira reitera e pede os produtos de janeiro a abril que estejam prontos que a Câmara quer tomar conhecimento ainda na primeira quinzena de maio e os próximos passos que nós queremos ser convidados. Até porque essa decisão foi tomada de maneira conjunta, então eu não entendo porque isso daí até agora não foi feito. O Caron pediu a palavra.

O SR. MARCÍLIO CARON NETO (CNI) - Eu gostaria de questionar aqui, questionar não, eu quero pedir um esclarecimento a Secretaria do CONAMA, a Dominique. Eu sou coordenador do GT Regulamentação da Conservação de novas áreas e ficou da Secretaria de Qualidade Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e IBAMA a nos apresentar uma minuta inicial de uma proposta de resolução para nós discutirmos. E até o momento eu não recebi isso e o GT está prejudicado por causa disso. Eu só gostaria de ter esse esclarecimento.

A Sra. DOMINIQUE LOUETTE (CONAMA) - A minuta inicial não foi encaminhada, mesmo porque o Ministério esteve nesse dois últimos meses com a COP e a MOP e eles me disseram que realmente eles não poderiam trabalhar nessa minuta zero nesses meses. Agora que o Ministério está retomando uma vida normal e que eles vão poder atender a todos esses requisitos que nós fizemos. Então o Grupo de Trabalho está prejudicado, eu não tenho previsão. Eles só me disseram que a partir de agora eles vão poder trabalhar nesse assunto. O prazo para instalação do GT vai terminar agora, na verdade, no dia treze de Maio, que são três meses depois da criação do Grupo de Trabalho. Considerando isso, eu proponho que a Câmara Técnica prorogue o período para instalação do Grupo de Trabalho que a gente fixe uma data para essa primeira reunião do GT que seria a maneira de fazer pressão sobre o ministério para que essa minuta zero fique pronta. Essa é a minha proposta.

O SR. MARCÍLIO CARON NETO (CNI) - Portanto, eu quero passar isso ao Presidente da Câmara Técnica. Nós estamos prejudicados em dar continuidade e realmente o GT, nos próximos dias, deve perder a sua efetividade, segundo o regulamento.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) - Eu queria consultar aos Conselheiros porque eu acho que é apenas uma questão da gente decidir logo isso daí. Dominique, eu sugeriria o seguinte encaminhamento para resolver logo isso. Que a Secretaria Executiva do CONAMA oficialize novamente a Secretaria Respectiva do Ministério que ficou de fazer essa versão zero, primeiro. E segundo, que a gente delibere já agora a questão da prorrogação do prazo de instalação.

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) - Questão de Ordem.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – João, eu posso até dar, mas é que nós estamos num processo de decisão com relação a isso só vão votar os Conselheiros da Câmara. Mas Concedo a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) - Peço desculpas porque eu cheguei no meio da reunião aqui dessa parte desse Grupo de Trabalho, mas o que eu acho é que o Grupo de Trabalho, não sei qual é, desculpa, não peguei o tema do Grupo de Trabalho, mas o GT não pode ser prejudicado por conta de um problema do Ministério porque a partir do momento que a Câmara Técnica votar pela prorrogação vocês só podem prorrogar mais uma vez e se não der tempo nesse espaço desse grupo de trabalho trabalhar vocês não vão conseguir pedir de novo uma prorrogação. Está entendendo? É como se vocês tivessem jogando a partir do segundo tempo. Então é essa a minha preocupação desse Grupo de Trabalho.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – Não, eu acho que não invalida o que você disse, João. Eu queria consultar a Alexandrina, que a gente automaticamente já prorrogou o prazo de instalação e não vejo que nenhum Conselheiro está se pronunciando contra, mas ao mesmo tempo a Secretaria Executiva do CONAMA oficializa a Secretaria respectiva no sentido de em 30 dias, considerando que a gente já está com três meses passados, em 30 dias apresentar uma proposta versão zero. Entendeu, Dominique? Eu acho que era importante colocar essa questão dos 30 dias porque já passamos três meses.

1132
1133
1134
1135
1136
1137
1138
1139
1140
1141
1142
1143
1144
1145
1146
1147
1148
1149
1150
1151
1152
1153
1154
1155
1156
1157
1158
1159
1160
1161
1162
1163
1164
1165
1166
1167
1168
1169
1170
1171
1172
1173
1174
1175
1176
1177
1178
1179
1180
1181
1182
1183
1184
1185
1186
1187
1188
1189
1190
1191
1192
1193
1194

A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco) - E o que houve?

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – Ela colocou que não teve gente por causa do COP e MOP, muito trabalho e essas coisas. Aí tudo bem, três meses antes, mas um mês para frente, gente, em quatro meses a gente não conseguir escrever três laudas de um tema não sei...

A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco) - Eu concordo com o nosso Presidente da Câmara, Dominique, mas agora eu acho que há um outro fórum onde, pelo menos, Rosalvo deveria participar que era o CIPAM. Você participa às vezes, não é? Mas como Presidente da Câmara porque o CIPAM que assessora o CONAMA está discutindo indicadores para a área ambiental na próxima reunião do dia 12, então a gente tem que ter cuidado para acumular o que já vem sendo feito, esse projeto, inclusive, vai ser publicado e foi iniciativa do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério Público, é a Dra. Sílvia Capelli do Rio Grande do Sul. Dos indicadores. Então, veja, de repente a gente... De repente não, nada de “de repente” e nem justifica a ausência dos dados, mas esse já pode ser um norte comum para esse trabalho que certamente o Ministério poderá fazer, até porque essa parte de gerenciamento costeiro, a Oneida está aqui, eu acho que é um dos programas...

O SR. MARCÍLIO CARON NETO (CNI) - Não, são coisas diferentes.

A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco) - São diferentes. Ah, eu pensei que esse fosse do zoneamento.

O SR. MARCÍLIO CARON NETO (CNI) - Esse grupo que estamos falando é Regulamentação de Conversão de Novas Áreas de APP.

A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco) - Desculpe. Eu peço imensas desculpas. Eu pensei que já estávamos no item... Perdão.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – Então a decisão da Câmara é que está prorrogado o Grupo de Trabalho e a Secretaria Executiva vai oficializar a respectiva Secretaria do MMA no sentido de apresentar em 30 dias a primeira versão do texto com relação a isso. Bom, agora nós estamos entrando efetivamente, vou passar a palavra ao Companheiro do IBAMA com relação a relatar o andamento dos trabalhos até então feito com relação à elaboração do relatório de qualidade ambiental da zona costeira. Com a palavra o Comandante Paulo. A Dominique está querendo falar porque temos um problema técnico.

A SRa. DOMINIQUE LOUETTE (CONAMA) - Parece que a lâmpada do projetor queimou. Já usamos todos os nossos técnicos. A questão é que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos que está do lado está terminando. Se vocês tiverem paciência...

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – Comandante, enquanto resolve o problema da lâmpada o Senhor está com a palavra.

O SR. PAULO TEXEIRA DE CASTRO (IBAMA/DIPRO) - Eu gostaria de iniciar a nossa palavra, primeiro, cumprimentando os membros da Câmara Técnica, dar o nosso cordial boa tarde aqui, da satisfação em estarmos presentes a esse seletivo grupo aqui da área ambiental e dizer o seguinte. Eu começo, eu explico um pouco da estatística para as pessoas que são meus alunos, que a gente renuncia o verdadeiro valor da grandeza porque sabemos ser impossível obtê-la. Então nesse caso eu gostaria de começar dizendo isso; que na minha vontade eu renunciaria a esse tempo estimado a essa cronologia que foi colocada na primeira reunião que o Ministério do Meio Ambiente aqui esteve presente sozinho e nós não pudemos compartilhar com eles nessa formulação, por quanto nós achamos por demais exíguo o tempo ali disponibilizado. Mas isso não está impedido, no entanto, que nós estejamos fazendo o nosso dever de casa, que nós estejamos concatenando as nossas

1195 idéias e mergulhando dentro da literatura existente e dos exemplos que se têm para poder cumprir, entre aspas,
1196 aquele cronograma que ali foi imposto. Até porque, não quero aqui fazer apologia do problema da gente
1197 postergar as coisas, mas só para ter uma idéia, a Lei que instituiu o gerenciamento costeiro no País, que é a
1198 7661 de 1988 tinha também lá uma determinação de que ela seria regulamentada em 180 dias e só o foi em
1199 dezembro de 2004, quer dizer, alguns anos depois. Quer dizer, nós estamos atentos, o Decreto 5300 coloca no
1200 seu art. 38 essa necessidade de se fazer uma proposta de diretriz para indicadores da zona costeira, para o
1201 relatório ambiental da zona costeira e não a gente elaborar esses indicadores já. Então o que nós estamos aqui
1202 para prestar esclarecimento é dizer que o item um da planilha que foi formada aqui na reunião anterior, que o
1203 Ministério está aí presente e o seu item dois, eles já estão satisfeitos, no nosso entender, pelo que já foi
1204 produzido. E no que diz respeito à elaboração e a sugestão, melhor dizendo, a metodologia a ser empregada,
1205 nós também estamos avançando celeremente sobre esse assunto. Depois eu vou pedir a você para detalhar
1206 mais, pedir a companheira Sônia aqui para detalhar mais os detalhes porque lá no IBAMA nós temos uma série
1207 de setores específicos. Então a parte que diz respeito ao monitoramento é a **CGZM** - Coordenação Geral de
1208 Zoneamento e Monitoramento, a qual a Sônia é técnica dessa área e ela que está praticamente produzindo os
1209 trabalhos do nosso Grupo de Trabalho de apoio a esse grupo que foi firmado entre o Ministério do Meio
1210 Ambiente e o IBAMA para atender a essa determinação do CONAMA. Agora, por outro lado também à gente
1211 quer, só por experiência vivenciada dentro dessas próprias áreas de trabalho do CONAMA, dizer o seguinte. A
1212 dragagem, por exemplo, ela começou dentro do **GERCO** que é o fórum que atende também a política nacional
1213 de recursos do mar e como nós estamos falando sobre zona costeira nós não podemos ficar somente com o viés
1214 da 6938, nós temos que ter o entendimento que a política nacional de recursos do mar também é fundamental
1215 para o entendimento melhor da explicitação das informações que nós temos que dar para o relatório de
1216 qualidade ambiental em zona costeira. Então o que se pretende nessa fala agora é simplesmente isso, fazer uma
1217 proposta, até não sei se seria possível isso, a exemplo do que foi feito com a dragagem. Na dragagem foi
1218 preparado um documento, esse documento foi remetido posteriormente ao CONAMA e aí o CONAMA criou um
1219 grupo de trabalho dentro da Câmara Técnica para poder, com aquele “boi de piranha”, no linguajar vulgar, poder
1220 trabalhar e fazer então a resolução que resultou na resolução de dragagem. Então acho que era um caminho, eu
1221 pensava assim, mas infelizmente não pudemos conversar no início dos trabalhos a respeito disso aí, mas era
1222 uma solução que eu acho que era mais palatável, mais viável e mais apropriada para fazer um trabalho decente
1223 e que tivesse o respaldo não só desse fórum aqui como também de outras pessoas que pudesse trazer essa
1224 contribuição. Então a nossa fala de hoje é só dizer isso. Está em andamento, nós estamos tentando colocar até
1225 novembro, vamos dizer, uma minuta que possa resultar nesse trabalho e dizer que infelizmente o que nós
1226 entendemos e aí negociar dentro desse fórum é que a determinação ali daquela cronologia para tentar ultimar o
1227 trabalho até o fim desse ano, para nós é uma temeridade. Então a gente estava pensando em atingir tipo 80% do
1228 que está ali proposto e deixar para o ano que vem alguma coisa de finalização. Aí é a proposta que nós aqui
1229 apresentamos e foi discutido com o pessoal do Ministério do Meio Ambiente a respeito desse assunto e eu
1230 gostaria de passar a Sônia aqui para detalhar mais alguma coisa.

1231
1232
1233 **A SRa. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO)** - Infelizmente os nossos documentos
1234 não estão ali. Na primeira etapa, eu não estou lembrando de cor o tema, mas uma das etapas que o IBAMA já
1235 elaborou... Infelizmente não vai ser possível fazer a leitura dos documentos todos porque são muitos extensos,
1236 então eu vou tentar ver se a gente encaminha por e-mail para você poderem fazer uma análise posterior porque
1237 eu acho que se tornaria inviável o volume de páginas que ele já está, uma média de quarenta e tantas páginas e
1238 então eu acho que isso não seria viável hoje para gente mostrar para vocês o documento preliminar que a gente
1239 estar tendo para poder elaborar as diretrizes do relatório. A primeira coisa que tinha aqui é que nós tínhamos que
1240 definir uma estratégia de ação e isso foi definido realmente em 2005, concluído em 2006. Nós tínhamos que
1241 definir essa parte de conceitos básicos e metodologia para elaboração de indicadores e então já existe esse
1242 documento básico e foram consultados todos os relatórios de qualidade ambiental existentes nos Estados. Em
1243 cima disso, nós definimos e também procuramos consultar todas as literaturas existentes, todo material de
1244 pesquisa foi elaborado e as nossas pesquisas estão todas com as referências bibliográficas a disposição dos
1245 Senhores para fazerem a devida leitura. E esse documento já existe, mas nós temos o entendimento que ele
1246 pode vir até a crescer e sofrer alterações ao longo dos nossos trabalhos. Estou falando do item dois. No item
1247 dois é isso: Definir conceitos básicos para o relatório de qualidade ambiental e a metodologia para elaboração de
1248 indicadores. O grupo decidiu que a melhor metodologia a ser adotada seria “pressão, estado e resposta” para
1249 atender justamente ao **CDE**, Nações Unidas e, inclusive, os indicadores que já são levantados pelo próprio
1250 IBAMA, tendo em vista que essa parte do relatório de qualidade ambiental é atribuição do IBAMA de elaborar,
1251 então nós não queríamos inventar indicadores que as nossas unidades não estivessem monitorando. Então esse
1252 é um trabalho de pesquisa muito longo porque algumas unidades estão nas pontas e vocês devem imaginar que
1253 muitas pessoas fazem o monitoramento, trabalham com indicadores, mas não percebem essa linguagem que é
1254 uma linguagem extremamente moderna. Então nós temos que capacitá-los.

1255
1256

1257 **A Sra. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME/SPG)** - Desculpe a interrupção, ,as eu acho
1258 interessante, Sônia, até para que a gente possa estar revendo as etapas já concluídas. Então você colocou que
1259 a parte bibliográfica estaria já feita e vocês agora estariam trabalhando nos conceitos básicos para o relatório de
1260 qualidade ambiental e para metodologia para elaboração de indicadores.

1261
1262
1263 **A Sra. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO)** - Deixe-me repetir. Existe a definição
1264 da estratégia sim. A metodologia nós definimos: “pressão, estado, resposta” sem contar com outras atividades
1265 que nós vimos que são obrigatórios para fazer a aplicação dessa metodologia, então alguns nós entendemos
1266 que é necessário que seja feita uma capacitação dos técnicos que vão trabalhar com os indicadores para que
1267 eles conheçam essa metdologia que é uma metodologia desconhecida pelos técnicos. E nós, então, para isso,
1268 estamos elaborando um texto que tenha toda essa definição do que é um relatório de qualidade ambiental, do
1269 que é um indicador ambiental, o indicador de pressão, o indicador de resposta e toda essa parte conceitual já
1270 está no andamento bastante evoluído e a parte dos conceitos básicos do RQA nós entendemos como concluído
1271 e a metodologia também está concluída. Nós temos por escrito esse documento é o que eu estou falando, nós
1272 vamos mandar para vocês por escrito o volume para que vocês possam analisar, principalmente, porque nós
1273 soubemos ontem no fim da tarde que nós íamos representar o pessoal do MMA que já está com esses
1274 documentos em mãos. Então eu peço desculpas aos Senhores, nesse sentido, que a gente trouxe em meio
1275 eletrônico. Então passaria para a etapa três que seria o levantamento das ações de monitoramento realizadas
1276 por instituições nos estados. Então nós entendemos, primeiro, que essa é uma ação permanente. Monitoramento
1277 não é uma ação pontual, é uma ação contínua, é uma ação permanente e então as ações que nós vamos
1278 levantar elas vão mudar dentro de uma certa perspectiva não tão rápida, mas os recursos tecnológicos vão
1279 acabar sendo modificados e as metodologias de monitoramento também ao longo dos anos vai ser modificada
1280 porque hoje nós trabalhamos, por exemplo, com geo-processamento e a nós sabemos que ele por si só já evolui,
1281 só os softwares, umas quatro vezes, o que eu conheço. Então o diagnóstico dessas ações e programas de
1282 monitoramento nos Estados já foi levantado, o IBAMA encaminhou diversos documentos para suas unidades e
1283 centros especializados referentes às zonas costeiras. Então todas as gerências executivas, todos os escritórios
1284 regionais e centros especializados que realizam monitoramento da zona costeira já estão coletando esses dados
1285 de como eles realizam o monitoramento, que tipo de dado eles têm, qual é a situação, a temporalidade e os
1286 recursos que eles têm e os problemas também. Então nós compreendemos que para poder termos esses
1287 resultados e capacitar essas pessoas para os indicadores, que nós necessitávamos fazer uma oficina e essa
1288 oficina, observando que nós temos Copa do Mundo aí e não podemos ignorar e uma greve no IBAMA iniciando
1289 amanhã e nós não sabíamos quando ela terminaria, então nós achamos que somente em julho ou agosto nós
1290 poderíamos realizar uma oficina com os integrantes desses centros especializados e gerentes executivos mais
1291 os elementos do Ministério do Meio Ambiente que contribuem com essa parte do relatório de qualidade
1292 ambiental e que também estão fazendo articulação com os estados porque existe o sistema de gerenciamento
1293 costeiro que é o **GZERCÓN**. Então, na verdade, nós observamos que o **GERCO**, as atividades do **GERCO** e
1294 desse relatório de qualidade ambiental, muitas vezes, eles se interagem. Então nós temos procurado fazer isso
1295 com cautela e bastante discernimento para que a gente possa realmente ter o perfil da zona costeira e fazer
1296 esse diagnóstico de forma que a gente possa dar um prognóstico melhor para as diretrizes. Agora, atualização
1297 dos dados, conforme programa monitora de 1998, o IBAMA discorda desse produto tendo em vista que esse
1298 produto não foi dentro do IBAMA visto como uma conclusão positiva, algumas etapas estão sem conclusão, os
1299 dados estão extremamente devassados, os recursos também e a atualizar esses dados de 98 para cá vai
1300 demorar muito mais do que a gente usar os recursos existentes e reutilizar novos recursos que nós já temos
1301 outras ferramentas de trabalho. É um programa extremamente volumoso e que está disperso em várias diretorias
1302 do IBAMA, então só a coleta desses dados a gente já considera como inviável. Então esse diagnóstico, nós
1303 vamos ter um diagnóstico que a gente quer considerar como piloto e que futuramente nós entendemos que ele
1304 vai ter que ter outro andamento também. Nós vamos hoje ter um diagnóstico piloto e futuramente vamos ter
1305 outras versões. O item quatro, que seria a realização do seminário envolvendo coordenações estaduais de
1306 gerenciamento costeiro, nós entendemos que a melhor solução seria inseri-lo junto com o item cinco e seis,
1307 exatamente aquele evento que a gente falou, seria uma oficina, inclusive, até para economia de recursos, já
1308 estaríamos reunidos com todos esse gerentes que é uma coisa bastante difícil tirar um Superintendente da sua
1309 cidade e identificar os elementos que vão integrar essa ação. A gente gostaria de fazer o item quatro: seminário,
1310 envolvendo as coordenações estaduais, que nós prevíamos isso inicialmente em três dias e esse grupo multi-
1311 institucional ficaria na verdade no item seis, sendo a realização de reunião temática juntamente com o item cinco.
1312 Observa, porque a criação do grupo multi-institucional para ampliação da base gerada na discussão junto aos
1313 Estados com incorporação, por exemplo, do IBGE, Marinha do Brasil, INPE, universidades, OEMAS e demais
1314 instituições com atuação costeira. A gente entende que o envolvimento dessas instituições tem que ser mais
1315 direto com o grupo, tem que participar depois da nossa capacitação interna, digamos assim, IBAMA, depois
1316 envolveria esse grupo multi-institucional que seria selecionado para que depois, numa reunião final nesse
1317 evento, a gente realizaria essa reunião com todo esse grupo que seria uma economia de recursos que seria uma
1318 articulação e aí sim nós poderíamos elaborar um relatório técnico contendo uma lista preliminar dos indicadores.
1319 Então ontem nós apresentamos essa proposta para o *João Nocoladi* do MMA, do **GERCOM**, e ele ainda não

1320 apresentou... Essa proposta é uma proposta IBAMA que eles ainda não mandaram, ainda não remeteram o
1321 resultado a apreciação do MMA. Então o IBAMA está propondo exatamente isso, um relatório interno depois a
1322 definição do grupo multi-institucional que esse grupo participe nos dias seguintes do seminário envolvendo as
1323 partes do IBAMA, envolvendo o grupo institucional para que se possa realizar o relatório final que seria a etapa
1324 seis. E com isso a realização desse *Work Shopping* regional dos atores envolvidos passa a se tornar evidente
1325 nas etapas anteriores, a gente entende que não há necessidade. É uma visão do IBAMA porque se eles já
1326 estarão reunidos conosco a semana toda não consideramos pertinente o item sete. A segunda etapa seria a
1327 elaboração de proposta metodológica para elaboração do relatório de qualidade ambiental para zona costeira. A
1328 elaboração do RQA base, o grupo prevê uma proposta preliminar para o mês de novembro para ser apresentada
1329 ao CONAMA, principalmente, porque existe uma discussão dentro do próprio grupo, que no meu entendimento,
1330 que nós temos que elaborar diretrizes e um outro grupo entende que temos que elaborar um relatório de
1331 qualidade ambiental. Eu consigo só vislumbrar as diretrizes e que o relatório de qualidade ambiental não é
1332 atribuição desse GT. Então eu gostaria que essa apreciação e que vocês analisassem essa questão porque o
1333 próprio art. 38 está diretrizes e elaborar um relatório de qualidade ambiental eu acho que nós iríamos levar uns
1334 três ou quatro anos, tendo em vista o relatório de qualidade ambiental que existe dentro do IBAMA. Esse é o item
1335 oito, segunda etapa, sistematizar os resultados apontados pelos indicadores. Então nós elaboramos já um
1336 documento que é esse documento que eu gostaria de apresentar a comissão. O IBAMA já condensou todas
1337 essas etapas, a metodologia... Está aqui o documento, se pudesse imprimir a gente já poderia entregar para
1338 vocês.

1339
1340
1341 **A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco)** - Fica difícil de acompanhar.
1342 Assim a gente não vão poder nem ajudar.

1343
1344
1345 **A SRa. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO)** - É. Esse documento já contém todos
1346 os dados que já foram elencados acima: a definição do que seria o RQA, uma proposta de indicadores para ser
1347 avaliada na oficina com os integrantes do IBAMA e com os integrantes também interministeriais. E o item nove
1348 seria a elaboração de proposta de resolução a ser encaminhada ao CONAMA. Acordando-se que nós só temos
1349 que elaborar as diretrizes eu considero que em novembro nós conseguiríamos realmente apresentar essa minuta
1350 pronta para vocês. Agora, se considerarem que nós temos que elaborar um RQA básico, então eu gostaria de
1351 consultar melhor para poder apresentar um prognóstico de uma data para isso porque para se concluir um
1352 relatório de qualidade ambiental eu entendo que nem seis, nem quatro meses nós vamos conseguir fazer. Então
1353 com isso eu encerro os nossos comentários.

1354
1355
1356 **O SR. PAULO TEXEIRA DE CASTRO (IBAMA/DIPRO)** - Só, então, finalizando nossa participação, se assim for
1357 o desejo de todos, para dizer o seguinte. Esse material gerado recentemente nós vamos submetê-lo ao parceiro,
1358 que o grande trabalho é MMA e IBAMA, então nós vamos mandar oficialmente para eles. O problema nosso é
1359 que amanhã o IBAMA começa uma greve e com data indeterminada para acabar, então tão logo tenhamos a
1360 condição de repassar essa informação para a SQA através do **GERCOM**, nós vamos solicitar a eles então que
1361 nós nos comprometemos perante a Câmara Técnica aqui do envio desse material tão logo seja possível para
1362 com esse método dos trabalhos que foram desenvolvidos até então.

1363
1364
1365 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** - Feita
1366 apresentação por parte do IBAMA com relação ao trabalho do RQA da zona costeira nós vamos proceder o
1367 debate. O Miguel se inscreveu e eu tinha me inscrito, então, Miguel, eu posso falar e depois você. Veja bem,
1368 Comandante, eu acho que uma coisa são as relações pessoais e a outra coisa são as relações institucionais.
1369 Aqui nós temos pessoas que são amigas nossas e nós temos essas relações pessoais que independente do
1370 trabalho, de posições, onde a gente esteja a gente exerce essa relação pessoal. Eu digo isso porque eu acho
1371 que do ponto de vista institucional, Dominique, nós queremos receber esses documentos de forma oficial. Eu
1372 acho que esse é o primeiro ponto. Eu gostaria que a coordenação do Grupo de Trabalho encaminhasse isso. A
1373 segunda coisa, Dominique, e aí eu queria consultar os companheiros da Câmara Técnica se respalda também
1374 isso. A segunda coisa, eu acho que a próxima reunião que tiver na Câmara técnica, não vamos aceitar, eu não
1375 aceito ausência da coordenação. Se ela não puder vir na data que for colocada que venha na data que for. Uma
1376 coisa, Comandante, é o que você colocou que o IBAMA discorda do MMA disso e daquilo, não é o problema que
1377 nós vamos resolver ou queremos tomar conhecimento, vamos dizer, mas numa relação entre o Conselho de uma
1378 Câmara Técnica Permanente e o Grupo de Trabalho essas questões são as questões internas. E aí me refiro
1379 também quando o Senhor diz, salvo engano meu, que o IBAMA não aceita esse calendário que está colocado,
1380 ele não é exequível e etc. Então o terceiro ponto, eu solicito que a coordenação do Grupo de Trabalho apresente
1381 o novo calendário porque esse foi um calendário que nós discutimos e juntamente colocamos esse calendário.
1382 Quarto, eu quero dizer para o Senhor a para Sônia, de uma maneira muito humildade e fraterna e aqui, por favor,

1383 não encarem com nenhuma arrogância de minha parte. Este é um tema, diferentemente de outros temas que o
1384 CONAMA debate e tal, às vezes, temos um domínio maior com determinados temas e outros temas nós
1385 dominamos menos, mas somos Conselheiros e temos que votar e representamos as nossas instituições. Por
1386 acaso, este tema é um tema que eu pessoalmente tenho o domínio técnico sobre ele, além de domínio político e
1387 considero que é exequível sim. E a quarta coisa, aí vou pedir a Câmara que me dê esse mandato de ter uma
1388 reunião com a coordenação do **GERCO** para saber efetivamente qual é o calendário e os problemas que têm.
1389 Concluindo a minha falação, então, nós aguardamos que nos seja encaminhado oficialmente os produtos que a
1390 Sônia listou que estão prontos. Não entendo porque até agora essa Câmara não recebeu os produtos. E por
1391 último e aí eu quero reforçar o que a Cristina colocou no meu ouvido, os membros designados para essa Câmara
1392 Técnica, que a companheira Alexandrina que vai ser a relatora desse tema já designado, a *Alexandra Rez* que é
1393 Secretária do Patrimônio da União e eu como terceira pessoa, não sou nem a primeira, sou a terceira pessoas,
1394 nós queremos participar, não queremos só receber o documento e ser informado não. Se tiver o seminário nós
1395 queremos se comunicados, tiver discussão nós queremos porque nós acabamos nos agregando por intermédio
1396 do CONAMA, da Câmara Técnica, a este Grupo de Trabalho, até porque pelo aporte pessoal que cada um tem
1397 com relação a isso. Feito esses esclarecimentos eu passaria a palavra ao Miguel e depois ao João Carlos.

1398
1399
1400 **A Sra. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME/SPG)** - Eu queria dar um aparte aí. Eu
1401 quero agradecer a Sônia pela apresentação das informações que foi bem esclarecedora e dizer a ela que
1402 realmente no art. 38 do Decreto eu posso aqui ler, que diz: "Compete ao Ministério do Meio Ambiente em
1403 articulação com o IBAMA definir a metodologia e propor ao CONAMA normas para padronização dos
1404 procedimentos de monitoramento, tratamento, análise e sistematização dos dados para elaboração do RQA".
1405 Então realmente o trabalho que vai ser feito é levantar dados e sistematização de dados e propor uma
1406 metodologia. E nesse sentido, Sônia, que eu peço que haja uma interação conjunta para que a gente possa
1407 participar não, assim, de uma maneira final, mas que a gente tenha condição de contribuir e de repente até
1408 nessa questão do levantamento de indicadores. A estrutura do trabalho vocês procuraram o melhor possível, a
1409 capacitação interna do MMA e tudo, mas chega numa parte e essa é uma parte interna de vocês, o que me
1410 preocupa é a parte externa e que a gente precisa estar junto com vocês no trabalho. Zona costeira para minha
1411 área é fundamental. Então aqui quando você fala no Decreto no art. 5º, Inciso XI que diz: "são princípios
1412 fundamentais da gestão da zona costeira, além daqueles estabelecidos na política nacional do meio ambiente,
1413 na política nacional para os recursos do mar e na política nacional de recursos hídricos, o comprometimento e a
1414 cooperação entre as esferas do Governo e dessas com a sociedade no estabelecimento de políticas, planos e
1415 programas federais estaduais e municipais". Então é nesse ponto que a gente precisa estar integrado e eu acho
1416 que a gente se integrando no momento da identificação dos indicadores que vamos propor, vai facilitar muito
1417 para que não seja no final apresentado algo que a gente aí vai ter que questionar com outro tempo, com outro
1418 clima. Entendeu? Acho que está tudo muito bem quando você fala na metodologia, na bibliografia e quando você
1419 fala que você tem grupos institucionais que você vai chamar, Ministério da Marinha, INPE, eu queria incluir o
1420 MME porque a gente tem como contribuir no trabalho e é importante que a gente esteja lá. O MME, eu quero
1421 dizer o seguinte, o MME eu tenho a Petrobrás, eu tenho ANP, eu tenho o CPRN, então nós temos como
1422 contribuir. E é nesse sentido que fiz esse aparte, que não deixe pra o final. No meio do caminho é mais correto e
1423 mais interessante que se agregue os setores que tenham condições de poder dar contribuições efetivas para
1424 esse trabalho.

1425
1426
1427 **O SR. PAULO TEXEIRA DE CASTRO (IBAMA/DIPRO)** - Respondendo primeiro a palavra do Presidente da
1428 Câmara e depois as colocações da colega Cristina. Primeiro é o seguinte, o que eu falei como intróito na nossa
1429 apresentação eu falei Paulo Castro falando. Agora, quando a gente depois, investido na posição de membro do
1430 Grupo de Trabalho que foi criado no âmbito do MMA com o IBAMA é diferente. Então o que eu quero colocar
1431 primeiro é o seguinte, o próprio Decreto no seu art. 38 dá a competência a quem é direito, que é o MMA com o
1432 IBAMA fazer o trabalho da proposição inicial dessa diretriz para elaboração da RQA, vamos dizer assim, então
1433 essa é uma questão legal, de base legal, de fórum legal. Aí, baseado nesse respaldo legal, eu quero colocar aqui
1434 o seguinte: O trabalho, como eu falei no início, da Câmara Técnica que tocou a elaboração da resolução sobre
1435 dragagem ensejou uma prática de trabalho bastante eficaz, que eu entendi e por isso que eu estava dando esse
1436 exemplo, eu sei que não vai dar um retorno agora, um retrocesso sobre o que já foi acordado porque se isso já
1437 foi acordado no âmbito da Câmara Técnica tudo bem, mas eu quis exemplificar para evitar exatamente o que a
1438 colega do MME colocou, que ela quer ser inserida no contexto, isso haverá de ser entendido assim porque está
1439 previsto aqui na etapa dos trabalhos uma oficina em que nós vamos interagir com todos esses parceiros na área
1440 federal que militam na zona costeira, bem como os órgãos de Estados, dos dezessete Estados costeiros, isso
1441 daí é ponto passivo. E que eu quero colocar é isso, se o trabalho tivesse permitido ser feita uma proposta
1442 preliminar para, então, ser constituído no âmbito da Câmara Técnica um Grupo de Trabalho para trabalhar
1443 aquele produto inicial eu acho que seria muito mais lucrativo e muito mais direcionado para os interesses de
1444 todos do que da maneira como está. Essa é uma crítica minha particular como essa maneira que foi colocada, já
1445 que estamos aqui em liberdade e ação para poder externar a nossa opinião. Então, quanto ao trabalho, eu

1446 acabei de falar quando a Sônia terminou a fala dela é que eu iria fazer o contato com o coordenador do Grupo de
1447 Trabalho para poder oficializar a remessa dos documentos que foram gerados até então para a Câmara Técnica,
1448 então eu acho que houve um mal-entendido da sua parte em não saber que eu tinha dito isso, então estou
1449 reconduzindo a palavra agora para dizer isso. O IBAMA, só que não temos um tempo agora estimado, eu vou
1450 voltar para lá ainda hoje, mas com certeza com a greve amanhã nós não temos uma hora, data marcada que eu
1451 possa chegar aqui e dizer. Tão logo tenhamos essa condição nós vamos oficializar, através do Diretor de
1452 Qualidade Ambiental do IBAMA que é dirigente do Grupo de Trabalho junto com o Diretor do PGT do Ministério
1453 do Meio Ambiente que eles façam esse *link* e remeta, então a Câmara Técnica o que foi desenvolvido até então.
1454 Isso é um compromisso assumido e claro não vamos fugir aí. E, por outro lado, eu queria dizer que quanto a não
1455 entender porque até hoje não recebeu nenhum documento é exatamente isso, porque a escala temporal que foi
1456 dada, no nosso entender, não foi feliz por assim dizer. Então o que nós esperamos é que dentro do esforço que
1457 estamos fazendo, porque muitas vezes e é de se entender que as instituições aqui presentes que se
1458 representam têm uma série de tarefas a cumprir e então a escassez de recursos humanos, o tempo que se
1459 dedica em detrimento de outras tarefas, mas a Câmara Técnica tem que saber que o trabalho está sendo tocado
1460 sim e obviamente não vai atender nos mínimos detalhes o cronograma estabelecido, mas que por disciplina
1461 própria nós estamos tentando conduzi-lo de forma até recuperar o tempo perdido, dentro do que foi colocado
1462 aqui, para em novembro então nós termos finalizado uma proposta de diretrizes para a elaboração da RQA
1463

1464
1465 **O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (APEDEMA-RJ)** - Eu estava até aqui meio... Não soa bem quando se fala que
1466 órgão orientador da política de meio ambiente é o Ministério do Meio Ambiente é o braço executivo. Então
1467 quando eu ouço, e já não é a primeira vez que o IBAMA não concorda com o MMA, eu fico até querendo
1468 explorar...

1469
1470
1471 **O SR. PAULO TEXEIRA DE CASTRO (IBAMA/DIPRO)** - Esquece isso. Não foi isso que eu falei.

1472
1473
1474 **O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (APEDEMA-RJ)** - Não precisa esquecer não. Está tendo ruído na
1475 comunicação. Está na cara.

1476
1477
1478 **O SR. PAULO TEXEIRA DE CASTRO (IBAMA/DIPRO)** - Eu não falei isso.

1479
1480
1481 **O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (APEDEMA-RJ)** - Não estou dizendo que você falou.

1482
1483
1484 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – Você
1485 falou aqui. Está na gravação e nós vamos fazer a degravação.

1486
1487
1488 **O SR. PAULO TEXEIRA DE CASTRO (IBAMA/DIPRO)** - Em momento algum eu discordo, eu falei apenas ali
1489 que na minha posição, Paulo Castro é uma coisa.

1490
1491
1492 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – Mas você
1493 não está aqui falando individualmente. Essa que é questão. Você está falando institucionalmente pelo Grupo de
1494 Trabalho.

1495
1496
1497 **O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (APEDEMA-RJ)** - Mas eu não quero tão pouco identificar esse ruído porque
1498 não é só na área de gerenciamento costeiro é em todas as outras. Talvez seja vício de origem: quem nasceu
1499 primeiro? O Ministério ou o IBAMA? Mas é comum, eu estou dizendo que isso é comum. Mas quando você fala
1500 essa questão do tempo, por exemplo, tem alguma divisão do litoral brasileiro para que a gente possa identificar
1501 porque há Estados que têm uma parte muito pequena de litoral e têm outros que são verdadeiros Estados.
1502 Então, na verdade, o que seria interessante ver é quais são os mais antropizados aí para a que gente pudesse
1503 listar. Por exemplo quando você quer falar de cidades com problemas de cidades você pega as regiões
1504 metropolitanas e lá estão todos os problemas e se estudar uma vai ver que é o mesmo em todas elas. Ou seja,
1505 os problemas das metrópoles no mundo é igual em qualquer lugar do mundo, ou seja, o País comunista, País
1506 capitã, metrópole é metrópole e elas Têm os mesmos problemas no mundo inteiro. E aí eu queria pedir a ajuda
1507 de vocês, se no caso do litoral brasileiro a gente tem essa caracterização para não ter que fazer de todos os
1508 Estados que têm litoral ou pegando amostras de alguns poderia ser agilizado já com o tempo é exíguo porque

1509 vai se repetir muitas características em determinados estados. Então, a minha sugestão inicial, que a gente
1510 escutou muito era nesse sentido, era se não dá tempo de fazer o litoral inteiro, que se faça pelo menos em
1511 algumas características aí afim de que represente a totalidade do País.

1512
1513
1514 **O SR. PAULO TEXEIRA DE CASTRO (IBAMA/DIPRO)** - Respondendo ao colega da APEDEMA é o seguinte. O
1515 que ocorre é que nós temos um plano de ação federal para zona costeira e esse plano congrega uma série de
1516 programas e projetos e dentre os quais tem um que fala exatamente sobre a parte do ordenamento do uso do
1517 solo que é o Projeto Orla, então esse Projeto Orla já caracterizou toda essa parte do Oiapoque ao Chuí com
1518 praias abrigadas, desabrigadas, é uma série de feições já morfológica que nos permite já ter uma amostragem
1519 de indicadores para determinado tipo de zonas. O litoral brasileiro está todo setorizado porque o gerenciamento
1520 costeiro, como é de seu conhecimento, vem desde 88 com a Lei 7661 então os Estados costeiros têm seus
1521 grupos de gerenciamento costeiro. Eles, através do PNA 01 e 02 fizeram uma série de trabalhos para poder
1522 fazer monitoramento, a parte de fiscalização, então isso tudo aí já são um acervo de dados que temos e que
1523 vamos nos valer.

1524
1525
1526 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Minha pergunta é mais regimental. Eu vou ser sincero que eu não
1527 estava bem a par desse processo aqui dentro do CONAMA e eu analisei e acredito que há interesse de alguns
1528 setores ligados a CNA queiram participar mais ativamente. Mas a minha pergunta aqui no Regimento Interno é o
1529 seguinte. Dentro do Regimento coloca que tudo que entra no CONAMA vira processo sai de três formas:
1530 resolução, moção ou recomendação. A partir do momento que entra no CONAMA vira o processo interno e tem
1531 que seguir o rito que é a plenária encaminha para uma Câmara Técnica especializada, a Câmara Técnica cria o
1532 grupo de trabalho e o grupo de trabalho é aberto a todos. Não existe restrição de pessoal e todos os
1533 Conselheiros têm que receber, todos que quiserem recebem o convite. A minha pergunta aqui é o seguinte, pelo
1534 que eu analisei que a Sônia colocou, peço desculpas porque eu não coloquei esse documento e então eu não
1535 consegui acompanhar e fui só tentando memorizar, mas uma coisa que eu vi ali é que a parte institucional só
1536 fica a partir do item cinco. Ou seja, então minha pergunta é o seguinte: Como entrou no CONAMA se vai sair do
1537 CONAMA pode o grupo de trabalho e a Câmara Técnica alterar tudo que você colocou. Eu posso colocar, vou
1538 dar um exemplo, não estou dizendo isso, mas eu posso colocar um pesquisador meu que analisa o documento
1539 de vocês que vá contra toda a sua metodologia ele é convincente, os outros membros do CONAMA concordam
1540 com a explicação dele e eu altere todo o seu documento e aí vai um pouco em cima do que a Cristina colocou
1541 aqui. O erro para mim foi que colocaram cedo demais no CONAMA. Se você tivesse feito já a minuta de
1542 resolução para tratar é uma coisa. Só que vocês apresentaram para o CONAMA no início. Se apresentaram para
1543 o CONAMA desde o início, ou seja, então tem que seguir o nosso Regimento Interno porque eu li aqui o art. 38
1544 do Decreto e coloca que vocês vão apresentar para gente, mas aqui não diz a hora, mas já que vocês
1545 apresentaram, então, eu acho que regimentalmente os membros do CONAMA ou as pessoas indicadas têm que
1546 participar desde o início do texto para não ter problema de eu daqui para frente, porque isso virá para a Câmara
1547 Técnica e a Câmara Técnica vai aprovar ou não. Eu posso trazer um pesquisador que altera tudo, eu não estou
1548 nem sabendo o texto, nem vi, eu me interessei aqui agora. Então eu acho e vou ser sincero com vocês, que esse
1549 grupo de trabalho tem que ser instituído porque eu vi que só têm três pessoas, pelo que eu vi: a Cris,
1550 Alexandrina...

1551
1552
1553 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – Termina a
1554 sua falação.

1555
1556
1557 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - A minha falação é complexa.

1558
1559
1560 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – É outra
1561 coisa. Termina a sua falação. Só isso.

1562
1563
1564 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Calma, Rosalvo.

1565
1566
1567 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** – Porque eu
1568 estou falando isso? São três minutos, João, e como você não participou das decisões e você mesmo acabou de
1569 relatar que não tem conhecimento, eu acho que você está falando algumas coisas, com todo respeito a você,
1570 você é um Conselheiro representante de uma instituição e o que você está dizendo não tem nada a ver com o
1571 que a gente desenvolveu aqui. Desculpa eu te dizer isso de maneira...

1572
1573
1574
1575
1576
1577
1578
1579
1580
1581
1582
1583
1584
1585
1586
1587
1588
1589
1590
1591
1592
1593
1594
1595
1596
1597
1598
1599
1600
1601
1602
1603
1604
1605
1606
1607
1608
1609
1610
1611
1612
1613
1614
1615
1616
1617
1618
1619
1620
1621
1622
1623
1624
1625
1626
1627
1628
1629
1630
1631
1632
1633
1634

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) - Desculpa, a partir do momento que você vai criar um grupo de trabalho eu quero sim colocar uma pessoa minha lá dentro.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) - Não criamos grupo de trabalho. Esse é o seu problema, você não está sabendo. Você está falando uma coisa que não é.

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) - Então como entrou dentro de uma Câmara Técnica e não continua o ritmo do Regimento Interno?

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – Eu vou passar então, para te esclarecer, a assessoria técnica do CONAMA e todo o processo está aqui, é acesso público, não é só a você, é a qualquer cidadão para você ter um esclarecimento até para você melhorar a sua intervenção.

A SRa. DOMINIQUE LOUETTE (CONAMA) - O Decreto diz que compete ao MMA e ao IBAMA definir a metodologia e propor ao CONAMA normas, propor ao CONAMA o CONAMA é o plenário e essa proposta deles poderia ir diretamente para o plenário. É costume nosso que o plenário gosta de que isso seja analisado por Câmara Técnica anteriormente, então o que o plenário pode decidir é que isso chegue, o que a gente decidiu? É que capitaliza aqui na Câmara Técnica, o que eles trouxeram para gente chega na Câmara Técnica e a Câmara Técnica decide se ela altera isso, faz o grupo de trabalho ou manda ao plenário. Segundo o artigo isso poderia chegar diretamente para o plenário como aconteceu para as resoluções de estágios institucionais da Mata Atlântica. Essas resoluções chegaram diretamente ao plenário. Você entende?

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) - Eu gostaria de ver o Regimento Interno, que eu não sei se no Regimento Interno pode deliberar sem passar pela Câmara Técnica.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – João, continuando o esclarecimento para você finalizar a sua intervenção. Veja bem, a Câmara Técnica não criou nenhum grupo de trabalho, ela designou três Conselheiros que por razões técnicas e políticas, a Alexandrina que é uma pessoa de um Estado da Federação que tem zona costeira, Alexandrina, Presidente de Entidades Estaduais de Meio Ambiente designou Alexandra que é a Secretária do Patrimônio da União que, inclusive, grandes problemas que temos na zona costeira de gestão territorial é o Patrimônio da União e designou o Conselheiro Rosalvo Júnior que tem mestrado com questão de indicadores. Então não foi criado o grupo de trabalho, esses três Conselheiros por decisão, que aí é uma atribuição legal desta Câmara sim, elaborar normas e tal para os diferentes biomas, eles estão, por uma decisão da Câmara, acompanhando o trabalho que está sendo desenvolvido pelo grupo de trabalho. Então é isto que ocorreu, é isto que está acontecendo e na definição de uma pauta de trabalho que nós fizemos conjuntamente a Câmara técnica e a coordenação do grupo de trabalho, nós fizemos essa agenda aqui, pedimos que, inclusive, porque entendíamos que existe já muito trabalho pronto na zona costeira e que poderia avançar, diminuir dois meses e que isso tivesse pronto em setembro ou outubro, de modo que na reunião de novembro nós fariamos a votação da questão dos procedimentos. Então, João, é um pouco diferente do que você estava colocando.

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) - Então eu peço desculpas na interpretação que eu fiz da sua fala porque você falou que criou um grupo, aí você falou o nome das três pessoas, você não falou o termo “grupo de trabalho”, mas falou que criou um grupo e botou o nome das três pessoas.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – Grupo porque é mais de uma pessoa. Tudo bem.

A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco) - Ordem. Já está ficando desagradável para nós.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – O João ler depois o art. 10º § 1º, eu não vou ficar lendo o Regimento aqui. A Oneida está com a palavra.

1635 **A SRa. ONEIDA FREIRE (Ministério do Turismo)** - Primeiro eu queria agradecer, Rosalvo, eu não sou
1636 Conselheira, mas vim como convidada e por ter trabalhado nessa área me sinto na responsabilidade e em
1637 respeito com vocês de prestar alguns esclarecimentos. Essa parte do monitoramento existe dentro do plano de
1638 ação federal porque ela tem um esboço maior, o monitoramento é, vamos chamar assim, é o meio. Então me
1639 parece que a estratégia que poderia se combinar nesse grupo aqui hoje, nessa Câmara Técnica era de ver o
1640 conteúdo como um todo. E, obviamente, no Decreto como estar “propor ao CONAMA”, a gente certamente não
1641 poderia dizer “propor a Câmara Técnica”, mas parece que o endereço e para esclarecer todos os problemas que
1642 não se resolve, por exemplo, a mim que faz tempo que eu não vejo a matéria não se resolve com uma planilha
1643 dessa, quer dizer, qual é o recorte? Qual é a estratégia? Então me parece que a gente fica até perdendo tempo
1644 com a maior boa vontade do IBAMA que já avançou muito internamente, mas essa é uma questão que não vale
1645 avançar só internamente. Isso não é um programa de geo-processamento, não é um programa de levantamento
1646 clássico, isso é um programa de monitoramento do território porque o programa nacional de gerenciamento
1647 costeiro com todos os seus acúmulos porque ele tem acúmulo desde o macro diagnóstico que você hoje
1648 tranquilamente pode avaliar numa oficina e já começar a retirar daí algumas referências aos próprios trabalhos,
1649 que eu diria para vocês hoje que os Estados, vamos dizer, 80%, se não tem o zoneamento tem uma proposta
1650 que a gente só fala quando tem zoneamento, que tem em Lei e tudo, mas tem diagnóstico, ou seja, é um
1651 programa que acumulou muito, acumulou não só nos levantamentos, mas também em metodologia. Então, me
1652 parece que faltava a gente entender esse Estado da arte no todo porque vocês vieram para apresentar qual o
1653 produto que está, mas ver aonde entra o monitoramento, qual é a estratégia, não é o monitoramento clássico de
1654 avaliar a qualidade de água. Vamos dizer, a gestão do território, o uso e a ocupação do território. Para gente
1655 falar monitoramento e, portanto, o relatório de qualidade ambiental também tem que acompanhar essa mesma,
1656 porque senão valia a pena o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro criar um instrumento desse que já
1657 existe como instrumento da política, é porque ele quis fazer um diferencial em relação à gestão do território.
1658
1659

1660 **A SRa. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO)** - Agradeço a Oneida os
1661 esclarecimentos. Eu gostaria de dizer o seguinte, só para ressaltar, acho que uma das coisas que foi colocada
1662 da gente querer cumprir com a agenda proposta nesse coisa é justamente o que eu queria passar é que a gente
1663 queria que algumas tarefas fossem atreladas, não que a gente não consiga cumprir. Mas que eu acho que por
1664 uma questão de infra-estrutura mesmo, IBAMA e tudo, que fosse esses itens 4, 5 e 6 que fossem integrados e o
1665 7 só por uma questão de infra-estrutura mesmo, não que a gente não vá cumpri-los. Mas por exemplo, esse
1666 seminário envolvendo as coordenações estaduais de gerenciamento costeiro em razão da COP e tudo que teve
1667 nós não tivemos reuniões com o MMA e a reunião que nós tivemos, a primeira reunião do ano foi ontem e
1668 mesmo assim não estava completo o grupo porque todos estavam ausentes, não estou querendo passar
1669 particularidades do grupo, mas só mostrando algumas dificuldades em se cumprir a agenda por conta disso. E o
1670 grupo multi-institucional que a gente apresentou aqui foram “e demais instituições”. Em tempo algum
1671 conseguimos pontuar todos e com certeza o MMA não está esquecido porque existe no documento que nós
1672 vamos passar para vocês um cronograma das nossas atividade para organização desse seminário e da
1673 integração, da seleção e integração multi-institucional. Então é óbvio e eu fico até bastante sem graça até de
1674 estar aqui sem estar entregando esse documento oficialmente, mas não é o papel do IBAMA, infelizmente é uma
1675 coisa que nós estamos passando e isso foi entregue para eles oficialmente. Eu acho que só está havendo um
1676 problema do tempo mesmo de chegada aqui com a documentação, mas vocês vão receber tudo e precisamos
1677 da colaboração de todos porque é uma atividade muito, não vou dizer inédita, porque já existem alguns
1678 indicadores ambientais, alguns exemplos, mas nós precisamos que eles sejam validados e que para que esses
1679 indicadores sejam validados nós temos que saber, dando o exemplo, o INPE já trabalha com alguns, a Marinha
1680 trabalha com outros, vários órgãos estaduais estão trabalhando com indicadores e essa coleta de dados só
1681 mesmo com essa parceria multi-institucional, só mesmo com as pessoas que estão tratando do assunto e
1682 contribuindo é que nós vamos poder ter um documento validado para não inventar alguma coisa que não seja
1683 pertinente. Então eu quero colocar aqui, assim, como a técnica que está realizando esse trabalho, que
1684 precisamos e queremos essa contribuição do CONAMA e quaisquer outros técnicos da área que se vocês
1685 identificarem outros que possam contribuir nós gostaríamos que eles fossem relacionados para que a gente
1686 possa inseri-los no contexto que longe de nós conseguirmos fazer isso sozinhos. Eu acho humanamente
1687 impossível isso e isso nunca passou na nossa cabeça.
1688
1689

1690 **A SRa. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco)** - Fora qualquer contextualização
1691 porque confesso que também no início aqui não sabia qual era o nosso mandato em tudo isso, se o IBAMA já
1692 dispõe de um calendário de atividades e prevê uma validação final. Então eu fiquei realmente sem saber se nós
1693 tínhamos o mandato, inclusive, para estar discutindo aqui com o IBAMA este trabalho. Agora, uma vez
1694 compreendido, eu não posso entender e aqui falo por um programa, não falo, isso que você diz, Sônia, pessoas
1695 aptas e que já fizeram existem muitas, mas a gente não pode pegar essas pessoas até porque essas pessoas
1696 não vão trabalhar de graça, não vão fazer filantropia para o IBAMA, então não é por aí. Agora há pessoas muito
1697 aptas, capacitadas dentro de um programa que é o GERCO do Ministério, dentro do GIGERCO nós temos

1698 representações nacionais e essas pessoas porque integram institucionalmente e são capazes de discutir isso, na
1699 minha opinião muito modesta já deviam estar trabalhando. Eu vi que eles aparecessem bem adiante no item
1700 quatro ou cinco. Então veja, é mais do que integrar, nós discutimos até porque a ADEMA tem assento também
1701 no GIGERCO, Pernambuco e Santa Catarina, já houve discussão, além do GERCO o PAF. Olha, muitas
1702 tentativas de se chegar também a indicadores macro, o que eu entendo é que há um esforço para você mapear
1703 esses indicadores dentro de uma ótica agora federal que tem aplicação. Agora, repito o que eu estava dizendo
1704 no momento errado é que o CIPAM que é do CONAMA está apresentando no dia doze o relatório final de
1705 indicadores ambientais com base na metodologia CEPAL e então seria recomendável que esse grupo, vocês do
1706 IBAMA mais do que tomar conhecimento. Eu estou dizendo que não é essa visão, digamos, da ajuda não
1707 funciona e como não vai funcionar a nossa ajuda individual ou a gente ajuda enquanto Câmara Técnica com o
1708 poder que nós temos de convocar outras pessoas para vir aqui discutir ou também não funciona. O que eu estou
1709 apelando aqui é para o acúmulo de um programa que é o programa que eu conheço de longe no Ministério que
1710 mais efetividade tem em termos territoriais que eu conheço que é o GERCO e que isso a gente não pode
1711 desperdiçar porque tem quantos anos? Quinze ou vinte anos. A história do Ministério quase que se confunde
1712 com a história do GERCO e nós não podemos... Veja, eu não estou questionando se é IBAMA ou Ministério, mas
1713 é um instrumento que na analisou, inclusive, com o enfoque regional e local muitos indicadores que certamente
1714 vão ajudar a construir esses indicadores macro. Eu acho que mais do que a Câmara Técnica o GERCO e o
1715 GIGERCO deveriam estar diretamente com vocês. É uma sugestão, se já estão ótimo, como eu não vi ali eu fico
1716 preocupada de estarmos perdendo um trabalho relevante.
1717
1718

1719 **O SR. PAULO TEXEIRA DE CASTRO (IBAMA/DIPRO)** - Só para dizer o seguinte. Eu sou decano no GERCO
1720 porque eu estou lá desde 97 quando foi criado o Grupo de Integração em Gerenciamento Costeiro e até hoje eu
1721 represento o IBAMA naquele fórum. Então o GERCO está sim através do IBAMA e de toda a estrutura porque é
1722 MMA/IBAMA? O MMA que é o articulador, que tem a coordenação do grupo de gerenciamento costeiro ficou
1723 afeto a ele levantar exatamente todos esses dados relativos aos estados costeiros. Então esse trabalho não é
1724 um trabalho de uma nota só, está dando a entender que o trabalho está sendo feito só pelo IBAMA, mas o
1725 trabalho é conjunto MMA e IBAMA.
1726

1727
1728 **A Sra. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco)** - Essa é a idéia que eu tive até
1729 agora.
1730

1731
1732 **O SR. PAULO TEXEIRA DE CASTRO (IBAMA/DIPRO)** - Vamos corrigir o rumo e dizer. O trabalho é do grupo
1733 de trabalho que foi constituído entre o Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Qualidade
1734 Ambiental, através do PGT que é o GERCOM e o IBAMA. Então esse trabalho que nós estamos fazendo é o
1735 seguinte. É porque como há dificuldades, e eu acabei de falar no início da nossa fala aqui, de recursos humanos
1736 e uma série de outros fatores não vêm ao caso aqui, nós não tivemos mais do que duas reuniões do grupo em
1737 si, mas o grupo está trabalhando em paralelo, vamos dizer, trabalhos são efetuados pelo Ministério e outros pelo
1738 IBAMA e ontem houve essa convergência. O que nós estamos fazendo é um trabalho do grupo misto: Ministério
1739 do Meio Ambiente e IBAMA justamente porquê? Por que o GERCO é exatamente, como eu falei no início da fala,
1740 que nós não podíamos nos ater apenas na política de meio ambiente, mas também no recurso do mar é por
1741 causa da inserção do GERCO. Então como eu falei que como exemplo eu achava e aí foi achismo meu, Paulo
1742 Castro, e não do IBAMA, dizer o seguinte. O trabalho feito para dragagem foi feito nessa forma, fiemos no âmbito
1743 do GERCO e depois passou para a Câmara Técnica que criou um grupo trabalho para melhor elaborar... O
1744 GERCO está inserido no contexto.
1745

1746
1747 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT)** - Paulo,
1748 Sônia, algumas coisas que você colocou como sugestão de nomes e pessoas, eu pessoalmente fiz isso com o
1749 coordenador do grupo, com o *Zamboni*, eu tive l'na sala dele e deixei para ele um conjunto de nomes, um
1750 conjunto de pessoas, nos colocamos a disposição enquanto pessoa física porque uma coisa, Paulo, eu queria
1751 que isso ficasse muito claro aqui entre a gente. Uma coisa é a afinidade que eu e você temos com relação a... A
1752 outra coisa são nossas relações institucionais. Então, veja bem, eu presido uma Câmara aonde a gente definiu
1753 um calendário juntos e as relações são institucionais e eu não estão pedindo nenhum favor não enquanto
1754 Presidente e a Câmara não. Eu quero receber sim, agora vou rediscutir toda a proposta de calendário e veja bem
1755 a nossa estratégia. Ao a gente colocar a Alexandrina, Alexandra e Rosalvo, nós colocamos pessoas que,
1756 inclusive, ajudam o trabalho que vocês vão desenvolver, porquê? Aí eu quero enfatizar isso daí. A Alexandra é a
1757 Presidente do SPU.
1758

1759
1760 **A Sra. ALEXANDRINA SALDANHA S. DE MOURA (Governo Pernambuco)** - Você já disse isso. Desculpa.

1761
1762
1763
1764
1765
1766
1767
1768
1769
1770
1771
1772
1773
1774
1775
1776
1777
1778
1779
1780
1781
1782
1783
1784
1785
1786
1787
1788
1789
1790
1791
1792
1793
1794
1795
1796
1797
1798
1799
1800
1801
1802
1803
1804
1805
1806
1807
1808
1809
1810
1811
1812
1813
1814
1815
1816
1817
1818
1819
1820
1821
1822
1823

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – Só para enfatizar isso e para que você entenda o papel da Câmara, quando você levanta a questão do artigo do Decreto nós temos, a Alexandrina também já disse isso, mas eu quero enfatizar para que fique claro e colocado na estenotipia que nós temos o poder, enquanto Câmara Técnica, de convocar as pessoas, fazer e elaborar por aqui, nós não optamos por esse caminho, nós optamos por designar pessoas da Câmara Técnica que tinham um aporte técnico e que poderiam ajudar a acompanhar logo, de modo que quando esta matéria chegasse a esta Câmara Técnica porque ela tem esta atribuição legal, antes de ir para o plenário do CONAMA isso não demorasse mais tempo. É muito mais fácil você discutir um tema com alguém que entra desde o início, como a Cristina quer, do que alguém que vai lá em novembro tomar conhecimento disso tudo e de repente alterar tudo. Esse poder a Câmara tem e o CONAMA tem: Pode vir X e o plenário decidir Y, sem nenhum problema, nenhum demérito. Então eu só queria esclarecer isso daí. Eu acredito que esse ponto de pauta, salvo o entendimento diferente dos outros Conselheiros, ele foi cumprido e fica a orientação de que na próxima reunião de apresentação dos produtos seja feita pelo Coordenador do Grupo de Trabalho que é ele que responde por todo o grupo e que os documentos sejam enviados, conforme este calendário oficial que está no processo, todos os produtos de modo que a gente possa compartilhar com todos os Conselheiros. E terceiro, gostaríamos de receber um calendário e sermos convidados, não queremos que seja: ah, liga para ele. Não, convidados oficialmente porque o CONAMA é uma instituição e a Câmara Técnica é outra instituição para as etapas subseqüentes que estão colocadas no calendário da proposta de trabalho. Então eu acho que é isso. Essa falação foi no sentido de esclarecer, talvez no primeiro momento a gente possa ter ficado... Eu acho que estamos resolvendo as coisas.

A SRa. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO) - Eu quero saber. É interesse que sempre, então, tenha alguém do CONAMA daqui da comissão nas nossas reuniões? Pontualmente em todas as nossas reuniões?

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) - É interesse que a Câmara Técnica quer acompanhar. As pessoas designadas são aquelas: Alexandra. Alexandrina e Rosalvo.

A SRa. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO) - Todos ou somente um já bastaria?

O SR. PAULO TEXEIRA DE CASTRO (IBAMA/DIPRO) - Manda para a Câmara Técnica.

A SRa. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO) - Porque senão isso vai interferir no calendário porque nós vamos ter que agendar com os três. Então se um só se faria representar ou precisa de mais de um?

O SR. PAULO TEXEIRA DE CASTRO (IBAMA/DIPRO) - Quanto ao calendário eu entendi o seguinte, que o Coordenador do Grupo de Trabalho deverá apresentar a esta Câmara Técnica um calendário dos trabalhos a serem desenvolvidos em cima do tema e automaticamente fazendo o convite formal à Câmara Técnica que um dos membros que estão designados para acompanhar dos trabalhos, e participar, não é só acompanhar, é participar dos trabalhos, diante daquele calendário se pronuncie.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – São três que estão designados: Alexandrina, Alexandra e Rosalvo. Cristina.

A SRa. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME/SPG) - Só uma informação. Essa proposta de resolução que está sendo falada aqui sobre os indicadores ambientais, basicamente o meu entendimento é para aplicação, para avaliação na aplicação das resoluções do CONAMA, então é nesse sentido.

A SRa. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO) - No cumprimento do Decreto 5300. Temos que dar atenção a ele.

1824
1825
1826
1827
1828
1829
1830
1831
1832
1833
1834
1835
1836
1837
1838
1839
1840
1841
1842
1843
1844
1845
1846
1847
1848
1849
1850
1851
1852
1853
1854
1855
1856
1857
1858
1859
1860
1861
1862
1863
1864
1865
1866
1867
1868
1869
1870
1871
1872
1873
1874
1875
1876
1877
1878
1879
1880
1881
1882
1883
1884
1885
1886

A SRa. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME/SPG) - A Alexandrina levantou aqui que está sendo colocada na pauta da próxima reunião do CIPAM um assunto sobre indicadores ambientais.

A SRa. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO) - O programa do CIPAM é da nossa Diretoria. Nós estamos totalmente integrados com a diretoria sobre isso.

A SRa. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME/SPG) - O que acontece é que os indicadores ambientais, mas para aplicação das resoluções do CONAMA.

A SRa. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO) - O documento preliminar que eu vi do CIPAM está muito mais voltado à parte da Amazônia, de desmatamento e daquilo tudo. A parte que poderia, com alguns indicadores nós podemos realmente se tornar similares, eles têm usado algumas metodologias e o programa do CIPAM, a coordenação dele é dentro da CGZAN. Então no momento que eu falei para a etapa preliminar algumas coisas estão confusas.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – É o CIPAM do CONAMA.

A SRa. SÔNIA DE MENEZES LYRA NOBRE MACHADO (IBAMA/DIPRO) - Eu não estava entendendo. Desculpa a confusão de sigla, muitas siglas e eu confundi. Eu queria só dizer o seguinte, na etapa do diagnóstico que nós colocamos a primeira providência que nós grupo tivemos foi de levantar não só toda a literatura, como todos os elementos que poderiam participar e intervir para contribuir com os indicadores. E nós pesquisado muito e com certeza nunca esquecemos de DIGERCO, dos órgãos estaduais, das OEMAS, das ONG's, dos trabalhos das Universidades. O trabalho é muito grande e por isso que nós falamos que algumas coisas nós precisamos de mais tempo. Obrigada.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – Então eu considero cumprida essa etapa da pauta da Câmara. Considerando, Dominique, a questão da espeleologia não venho ninguém da SBF para atender o próximo tema?

A SRa. DOMINIQUE LOUETTE (CONAMA) - Não veio ninguém da SBF. Eles me ligaram explicando que desde a última reunião o grupo de trabalho não se reuniu porque eles não resolveram a questão da composição do grupo de trabalho. A CONJUR disse que o grupo de trabalho teria que ficar tal como estava porque já tinha sido criado e que outras pessoas poderiam se agregar no primeiro dia do grupo de trabalho. Então ele achou que não seria questão de vir à Câmara porque não havia nenhuma informação nova.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) - Como fazemos com as pessoas que sugeriram entrar no grupo de trabalho? Eu não entendo porque eu não posso alterar um Decreto, qual é o problema que tem em relação a isso? A Portaria, qual é o problema de alterar a Portaria? Quer dizer, que eu não posso alterar uma Portaria? A CONJUR disse isso? Veja bem, a Dominique não viu o parecer da COJUR. Então vamos dar uma lida na COJUR, nesse parecer e solicitar ao Dr. Gustavo Trindade consultor jurídico que informe a Câmara porque a gente não pode alterar uma Portaria para incluir essas pessoas se não tiver explicado nesse parecer.

A SRa. DOMINIQUE LOUETTE (CONAMA) - Vou conseguir o parecer, escaneio e disponibilizo no *site*.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional - Presidente da CT) – Está bom, depois a gente ver depois com o Dr. Gustavo porque não se altera a Portaria e inclui e elmos esse parecer. Não tendo mais nada a colocar e considerando que nós temos 17h50, fica encerrada a 14ª Reunião da Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas. Agradeço aos dois companheiros, a Sônia e Comandante Paulo do IBAMA pela sua presença aqui. Bom trabalho e até a próxima. Um grande abraço.